

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
CURSO DE HISTÓRIA**

SILVIA VITORASSI

**AS GRADES E A CIDADE: A PENITENCIÁRIA E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE
PODER EM FLORIANÓPOLIS**

FLORIANÓPOLIS, SC

2014

SILVIA VITORASSI

**AS GRADES E A CIDADE: A PENITENCIÁRIA E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE
PODER EM FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel e Licenciada.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn.

FLORIANÓPOLIS, SC

2014

SILVIA VITORASSI

**AS GRADES E A CIDADE: A PENITENCIÁRIA E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE
PODER EM FLORIANÓPOLIS**

Monografia apresentada ao curso de História como requisito parcial para obtenção do título de graduação.

Banca Examinadora:

Orientador: _____

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn
(UDESC)

Membro: _____

Prof. Dr. Emerson César de Campos
(UDESC)

Membro: _____

Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão
(UDESC)

Florianópolis, 26 de novembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos avós *Artur e Erotides, Adelina e Mario*, que não puderam acompanhar todos os meus passos até aqui, mas que guardo no coração, o caminho teria sido bem mais doce se vocês pudessem estar ao meu lado.

À minha mãe, *Verônica Erotides de Souza*, mulher forte, guerreira, alegre e espontânea. Nós somos tão parecidas e tão diferentes. Confesso que sem você e sem o seu esforço, nada disso estaria acontecendo. Sei o quanto lutas e batalhas a cada dia para me ajudar a construir um caminho de sucesso. Obrigada pela simplicidade, pelo amor, por tudo.

Ao meu pai, *Silvio Vitorassi*, a pessoa que me ensinou a ir atrás daquilo que eu acredito. Sempre ao meu lado, me defendendo e dando forças, mesmo não estando o tempo todo por perto. Você é, sem dúvidas, o melhor pai do mundo, independente de tudo que a vida tenha feito para nos distanciar.

Aos meus irmãos, *Douglas Vitorassi*, que cresceu ao meu lado, brincando, brigando, incomodando. Obrigada pelos momentos, sei que poderei contar contigo para tudo, assim como poderás contar sempre comigo. E *Nicolas M. Vitorassi*, que nasceu em meio a um turbilhão de acontecimentos, mas me ensinou outro jeito de ser irmã, de querer o bem. Vocês são e serão os meus eternos nenéns.

À *Marrie*, fiel escudeira e cão de guarda. Parceira de confissões, companheira de noites incansáveis, de dias estressantes e de brincadeiras com direito às lambidas de amor mais sinceras que já recebi.

Aos professores que tive em toda a minha vida. Lembro-me de todos como peças essenciais em parte desta trajetória. Mas em especial, agradeço ao *Reinaldo Lindolfo Lohn* e à *Viviane Trindade Borges*, vocês foram as pessoas que me inspiraram durante o percurso da graduação, de ter certeza da escolha que fiz. Com suas diferenças e características tornaram-se exemplos em minha vida e os levarei com grande carinho, na vida pessoal e profissional.

Aos professores *Emerson César de Campos* e *Luiz Felipe Falcão* por aceitarem participar da avaliação deste trabalho e pelos ensinamentos ao longo da graduação.

Às meninas do *GAP: Ana Carolina Plentz de Oliveira, Ana Clara Mitsuko Wada e Natália Cristine Costa*, por todos os momentos de apoio, parceria e risadas. Por me ajudarem quando tudo parecia não fazer sentido, por ficarem ao meu lado. Por não se importarem com as diferenças e compreenderem o meu jeito. Por todas as festas, confissões e cumplicidade.

Agradeço, também, à *Andrya Paola Bottega e Isabelle Fernandes*, cada uma de vocês apareceu em minha vida em situações diferentes, porém, ambas têm de mim um carinho imenso, obrigada pela simplicidade e pelo caráter, vocês são seres humanos incríveis.

Aos colegas do *Projeto Arquivos Marginais*, que compartilharam comigo experiências inesquecíveis e descobriram as possibilidades infinitas das narrativas de vidas que cruzamos, em especial à *Fernanda Biava Cassettari*, parceira incansável em vários momentos.

Aos queridos *Willian Luiz da Conceição e Phillip Borja Surniche*, personalidades raras que me ajudaram, acolheram e divertiram meus dias na reta final da graduação, todo o meu respeito.

À *Fernanda Bordignon Luiz* pela parceria, conselhos, conversas e angústias compartilhadas nas manhãs durante o estágio de docência.

Aos amigos e amigas, colegas, parceiros de trabalhos, de projetos, enfim, pessoas que conheci e pude conversar, trocar experiências, cada um de vocês teve um papel muito importante nesses quatro anos de graduação.

É difícil transmitir em palavras a sensação de completar este ciclo, mas acredito que meu esforço e dedicação não teriam muito sentido sem a presença e o apoio destas pessoas. Um obrigado aqui é só uma pequena parte da minha gratidão.

*“Cada detento uma mãe, uma crença
Cada crime uma sentença
Cada sentença um motivo, uma história de lágrima
sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio
sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo
Misture bem essa química
Pronto: eis um novo detento
Lamentos no corredor, na cela, no pátio
Ao redor do campo, em todos os cantos
Mas eu conheço o sistema, meu irmão, hã
Aqui não tem santo”*
(Diário de um detento – Racionais Mc’s)

RESUMO

VITORASSI, Silvia. **As grades e a cidade:** A Penitenciária e a construção de espaços de poder em Florianópolis. 2014. 82fls. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2014.

Este trabalho foi construído a partir da análise de relatórios de governo, regulamentos, decretos, leis e periódicos datados do início do século XX, com foco para a década de 1930. Procurou-se estabelecer relações entre os discursos políticos e de controle social em torno da construção da Penitenciária de Florianópolis - denominada no período em questão de *Penitenciária da Pedra Grande* – e a formação do princípio de delinquência na Capital de Santa Catarina. Buscou-se compreender as transformações discursivas em torno da relação entre cidade e marginalidade e as mudanças na Penitenciária ao longo da primeira década de seu funcionamento, que além de alterar o quadro administrativo frequentemente, também passou por importantes mudanças no período do Estado Novo, consideradas um marco em função das reformas institucionais de caráter assistencialistas.

Palavras-chave: Penitenciária, controle, reforma, discursos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** Lei 1049, de 17 de setembro de 1915. Fonte: Centro de Memória / Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.32
- Figura 2** Lei nº 1239 de 16 de agosto de 1919. Fonte: Centro de Memória / Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.33
- Figura 3** Penitenciária do Estado. Florianópolis, sábado 20 de setembro de 1930. Fonte: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.....42
- Figura 4** Penitenciária do Estado. Florianópolis, domingo 21 de setembro de 1930. Fonte: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.....42
- Figura 5** Posse do novo Diretor. Florianópolis, terça-feira 18 de novembro de 1930. Fonte: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.....48
- Figura 6** Ofícios da Penitenciária. Florianópolis, 22 de agosto de 1932. Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.56
- Figura 7** Visita à Penitenciária. São Paulo, quarta-feira 13 de março de 1940. Fonte: Jornal Correio Paulistano / Hemeroteca Digital Brasileira.66

LISTA DE ABREVIATURAS

ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
APESC	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
BPSC	Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina
FAED	Centro de Ciências Humanas e da Educação
IDCH	Instituto de Investigação e Documentação em Ciências Humanas
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 UM OLHAR SOBRE A CIDADE	18
1.1 A MESMA SOCIEDADE, OUTROS IDEAIS	19
1.2 PODER PÚBLICO E ORDEM URBANA	23
1.3 A BUSCA PELO CONTROLE SOCIAL	26
2 OS OSCILANTES ANOS INICIAIS	36
2.1 CONSTRUINDO UMA PENITENCIÁRIA.....	38
2.2 O PÓS-INAUGURAÇÃO	43
2.3 UM JOGO DE INTERESSES: OS PRIMEIROS ANOS DA PENITENCIÁRIA ..	47
2.4 A INTERVENTORIA FEDERAL E O REGIME PENITENCIÁRIO	50
3 POR TRÁS DOS MUROS: TRABALHO, REGENERAÇÃO E MORAL	54
3.1 O TRABALHO COMO “MÁXIMA” DO NOVO REGIME	60
3.1.1 O COTIDIANO E O TRABALHO NO INTERIOR DA PENITENCIÁRIA	61
3.1.2 O TRABALHO NO EXTERIOR DA PENITENCIÁRIA.....	67
3.2 A ESTAGNAÇÃO DO MODELO PENITENCIÁRIO	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	73
ANEXO A – LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS - ALESC	79
ANEXO B – LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS - APESC	80
ANEXO C – LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS – BPSC	81
ANEXO D – LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS – HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA	82

INTRODUÇÃO

Florianópolis é atualmente um dos polos turísticos mais dinâmicos do Brasil. Suas praias e o ritmo de vida atraem visitantes e novos moradores, num grande fluxo migratório que envolve grupos sociais diversificados, o que inclui famílias de classe média de grandes centros que supostamente procuram viver com mais tranquilidade. Além disso, há os trabalhadores qualificados ou não, que simplesmente pretendem melhores empregos ou jovens que encontram oportunidades nas instituições de ensino superior da cidade¹.

A Penitenciária de Florianópolis encontra-se no centro de um dos bairros mais populosos da cidade e vem gerando, há algum tempo, sérias discussões sobre sua localização e uma provável transferência. Com fugas constantes e uma estrutura que não consegue suprir as necessidades básicas da população carcerária, a instituição tornou-se um estorvo para autoridades e parte da população.

As discussões sobre este tema vêm sendo cada vez mais constantes. O acirramento dos debates públicos envolve ainda familiares de detentos que residem em locais próximos à instituição e não desejam a mudança. Afora isso, cabe constatar que a relação construída entre os moradores da cidade e a instituição foi de total esquecimento e abandono.

Segundo matéria veiculada no jornal Notícias do Dia Online:

O discurso de transferência do Complexo Penitenciário de Florianópolis da Trindade para outro local é repetido há pelo menos uma década. Mesmo assim a mudança parece longe de ser resolvida a curto prazo. [...] Para a mudança ser concretizada ainda falta a escolha de um terreno adequado, além de uma possível contrapartida financeira do governo federal. A obra está orçada em R\$ 80 milhões e será construída na cidade de Palhoça².

Desde o início do século passado, quando foi projetada e construída, a Penitenciária integrou-se de maneira complexa à vida urbana de Florianópolis. Ao mesmo tempo em que abriu uma fronteira de expansão da cidade para o outro lado do maciço central, oposto ao centro da urbe, não deixou de constituir-se em um espaço de isolamento em relação à imagem ideal de uma cidade que é centro do poder político estadual. Atualmente, este discurso ainda permanece, mesmo que resignificado. O crescimento da cidade para além do centro acabou

¹ UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina e UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina.

² Notícias do Dia Online. Mudança da Penitenciária de Florianópolis é certa. Falta o local. Publicado em 28/06/2011. 07:40. Ver mais em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/12653-mudanca-da-penitenciaria-de-florianopolis-e-certa-falta-o-local.html>.

por circundá-la e envolve-la: antes encontrava-se num lugar de total afastamento, mas passou a fazer parte, de modo indesejado, do dia a dia de Florianópolis.

É possível pensar a relação constituída entre a maioria da população de Florianópolis e a instituição de diferentes maneiras, principalmente a partir do momento em que a cidade ganhou dimensões maiores e intensificou seu crescimento demográfico. Um dos focos necessários está na compreensão dos processos analisados por *Georg Simmel* (2005) quanto à experiência urbana moderna. Segundo o autor, um dos problemas profundos da vida moderna é a pretensão dos indivíduos em preservar a autonomia de sua existência frente à sociedade. Na cidade habitam inúmeras individualidades e são estas que determinam a intensificação de uma “vida nervosa”. Mas tal condição resulta em milhares de vínculos particulares que buscam uma proteção justamente contra as dissonâncias do mundo exterior que abrange os indivíduos – o qual aparece como ameaçador. Para Simmel, a cidade moderna proporciona uma dispersão das relações sociais, que ele denomina de caráter blasé: a perda de sensibilidade frente à distinção das coisas, “não no sentido de que elas não sejam percebidas, [...] mas sim de tal modo que o significado e o valor da distinção das coisas e com isso das próprias coisas são sentidos como nulos” (2005, p. 581). O caráter blasé, a perda de sensibilidade, não é caracterizado apenas como indiferença, é uma leve aversão, depreciação e até repúdio, onde o contato por qualquer motivo poderá gerar um conflito imediato.

Outra maneira de pensar este afastamento está na reflexão de *Marc Augé* (2003) quanto ao que chama de “não-lugares” ou “espaços que não são em si antropológicos”. Mas se por “espaços antropológicos” entendermos a presença do ser humano em determinados “lugares” esta discussão não faria sentido. Porém, é exatamente este caminho que pretendemos seguir aqui. A Penitenciária aparece como um espaço neutralizado no conjunto da vida urbana de Florianópolis, ou seja, verifica-se um esvaziamento de sentido quando se pensa na instituição: sua condição de lugar repleto de tempos sociais e de vidas humanas é elidida em favor de uma ordem discursiva da segurança pública que engendra um espaço despersonalizado. Não há uma preocupação com os detentos subordinados à ela, não há um aprofundamento no debate sobre o dito “sistema humanitário” e o modelo já tão ultrapassado de ressocialização destes indivíduos. O que se tem é uma ojeriza generalizada quando o assunto é “penitenciária”.

A individualidade é um ponto central também nesta discussão. Segundo Augé “o espaço do não-lugar não cria nem identidade singular nem relação” (2003, p. 95), o mundo está prometido “à passagem, ao provisório, ao efêmero” e as consciências individuais aliadas às experiências e vivências solitárias fazem surgir e reproduzir os não-lugares.

A esta acepção pode-se ainda aliar as análises de *Michel Foucault* (1979) e *Richard Sennett* (2003) para pensar o afastamento da instituição como consequência do processo de surgimento do capitalismo moderno e sua socialização do corpo enquanto força de produção e do nascimento de uma transformação social: o individualismo.

Sennett traz à tona a descoberta de William Harvey³ - que trata da circulação sanguínea e sua importância para o corpo humano, até então desconhecida - e como este tema vai revolucionar as concepções sobre corpo e cidade, acarretando mudanças de expectativas e planos urbanísticos em todo o mundo, percebendo as cidades através da configuração do corpo humano, como artérias e veias, por exemplo, além de novas ideias a respeito da saúde pública.

Para Foucault, neste período de afirmação do capitalismo moderno, o controle da sociedade se dá primeiramente através do corpo; o corpo seria uma “realidade bio-política” (Foucault, 1979). A partir do século XVIII há um embate a respeito do problema da unificação do poder urbano e a necessidade de constituição da cidade como unidade. Indústria nascente e cidade como lugar de produção criam mecanismos de regulação, e o intenso desenvolvimento das cidades gera um aumento das tensões políticas e um consequente medo urbano:

Nasce o que chamarei medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das *caves* sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar. (FOUCAULT, 1979, p. 87)

Para Sennett a preocupação com a saúde pública e as principais iniciativas em facilitar o melhor funcionamento do corpo transformaram o panorama das cidades e modificaram os métodos de asseio pessoal, o que, aliado a novas leis de saúde pública, levou o desenho urbano a aludir o funcionamento de corpos idealmente saudáveis. Para Foucault, o pânico urbano é característico deste cuidado. Mas, a partir da segunda metade do século XIX a grande maioria das nações ocidentais sofre “transformações geoeconômicas” e passam por estes processos urbanísticos. Essas transformações, ao mesmo tempo em que facilitam a livre

³ Sobre este tema ver: SENNETT, Richard. *Corpos em movimento*. In.: **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. P. 213-234.

circulação, desencorajam movimentos de grupos organizados, acarretando a perda da noção de “destino compartilhado” (Sennett, 2003).

São definições distintas, a partir de perspectivas muito diferentes, mas que se encontram no objeto “Penitenciária”. A instituição ocupa um espaço na vida social de Florianópolis que evoca tanto um caráter blasé nas reações individuais quanto à construção física e, em especial, seus habitantes: majoritariamente oriundos das camadas populares, detestáveis criminosos que superam sua invisibilidade apenas quando associados à violência do noticiário policial. A ideia de “não-lugar” nos ajuda a entender a própria referência a características negativas que a Penitenciária cria em si mesma, do seu papel. E ainda, a ideia de “limpeza social”, corpos que são estigmatizados e considerados entraves para o desenvolvimento e a segurança da cidade, que devem ser isolados.

Além de tentar perceber os prós e contras da transferência do complexo, muito mais do que para as famílias e a Secretaria de Justiça, mas para as pessoas que ali cumprem suas penas, pois é este o principal motivo da indiferença detectada nestas discussões, este tema nos leva a pensar as várias formas de analisar este processo, a construção dos espaços de poder na cidade de Florianópolis, a influência política, o comportamento indiferente, a omissão frente aos problemas estruturais que vêm desde o início do século XX.

Por que a Penitenciária?

No ano de 2012 cursei as disciplinas de Prática Curricular Patrimônio Cultural I e II⁴ e fui uma das sete pessoas que integrou o primeiro grupo de História da UDESC em campo de estágio na Penitenciária de Florianópolis. Após anos passando em frente à instituição, pela primeira vez pude conhecer junto dos colegas de grupo e da Prof^a Dr^a Viviane Trindade Borges⁵ o outro lado daqueles muros. Um ano de trabalho que nos proporcionou um novo olhar sobre aquele espaço, seu sistema e as pessoas que cumprem suas penas. Ali, assumimos

⁴ São disciplinas que compõem o currículo do curso de História – Licenciatura e Bacharelado, da FAED/UDESC.

⁵ Professora do Departamento de História da FAED/UDESC. Ministra as disciplinas de Patrimônio Cultural e nos orientou no estágio. A partir das experiências na Penitenciária, passou a coordenar o projeto de extensão “Arquivos Marginais” - o qual fui bolsista voluntária durante o ano de 2013 e colaboradora no ano de 2014 -, que transferiu para o Instituto de Investigação e Documentação em Ciências Humanas – FAED/UDESC cerca de 4.000 prontuários da Penitenciária desde a década de 1930 até 1980.

o trabalho de organizar o *Espaço Memória da Penitenciária*⁶ e montar uma nova exposição, a qual posteriormente denominamos de “*O tempo abre as portas a quem sabe esperar*”⁷.

Foi a partir daí que o interesse sobre a instituição começou a aflorar. Com o envolvimento na montagem da exposição, nas conversas com os funcionários pelos corredores, nas pesquisas nos arquivos do Estado, fomos descobrindo peças de um quebra cabeça.

Durante a realização das pesquisas entrei em contato com os documentos relacionados à Penitenciária – ofícios, atas, regulamentos, regimentos, relatórios - e pude perceber a relação dos discursos do Governo com a construção de uma instituição de tamanha importância, principalmente no momento de afirmação da política republicana no estado de Santa Catarina.

Desta maneira, este estudo tem como tema principal a Penitenciária de Florianópolis. Utilizarei como recorte temporal a década de 1930 e procurarei identificar relações entre o tema da investigação e os delineamentos do campo político em Florianópolis - SC, de modo a construir um objeto de estudos que leve em conta as representações e práticas sociais então predominantes.

Com as matérias do jornal *República* busco entender a divulgação do projeto e compreender como o discurso político de controle social é construído através das páginas de um jornal à sociedade. Com os relatórios de governo, decretos, leis e boletins da Penitenciária pretendo analisar os trâmites necessários para pôr em prática o projeto, tentando mostrar os motivos que levaram à construção da Penitenciária e os processos enfrentados.

Pouco se sabe sobre a construção da Penitenciária de Florianópolis e o que significou para a cidade em sua estruturação social. Há apenas dois trabalhos que se tornaram referência no tema, de *Antônio Luiz Miranda* (1998) e *Viviani Poyer* (2000) que foram de extrema importância para a construção da problemática deste trabalho.

Pretendo mostrar como as transformações políticas e sociais da capital fizeram com que, ao longo do tempo, a Penitenciária passasse de uma construção imponente e importante, para um lugar de esquecimento e afastamento. A partir disto, pensando desde a ideia de implantar um regime penitenciário em Florianópolis, passando por sua construção e a primeira década de existência, acredito ser a Penitenciária um componente importante no discurso político da época e um elemento chave para ajustar a sociedade às novas ideias de modernização das cidades, com o pretendo objetivo de remover Florianópolis da condição de

⁶ O Espaço foi criado em 2011 pela Direção da Penitenciária para comemorar os 81 anos da instituição.

⁷ Essa frase está localizada acima de uma das últimas grades que separa os detentos do portão de saída da Penitenciária. Quando realizamos a visita pelo complexo chegamos à conclusão que seria o melhor título para a exposição que organizaríamos.

“antiga vila” para a de “cidade moderna”, contribuindo, além disso, para a ampliação do discurso sobre delinquência e marginalidade na cidade.

O trabalho com estes documentos proporcionou a reflexão sobre como estava se constituindo, em Florianópolis, um discurso oficial em torno de temas que até então não haviam sido discutidos pelo Governo catarinense. Não só a construção da Penitenciária, mas também outras instituições de controle vão surgir nos planos políticos como “solução” para os “problemas” da cidade – lê-se aqui população pobre e marginalizada. O que acabei encontrando nestes documentos é a marca de um estilo moderno refletido diretamente no discurso oficial dos principais dirigentes de Florianópolis no contexto do início do século XX e que vai se moldando conforme os acontecimentos políticos do país, criando uma teia de interesses, ligados principalmente a nomes de famílias catarinenses influentes no cenário estadual e nacional.

No final do século XIX o país precisou se adequar a uma nova estrutura política que, a princípio, importou um modelo europeu de organização dos espaços urbanos e comportamento social. A transição Império-República trouxe a Florianópolis novos ideais. Porém, estes ideais que norteavam toda uma transformação dos grandes centros urbanos do país, tinham como foco a limpeza, seja ela no sentido de higiene ou como meio de retirada da camada popular “indesejável”. A cidade, que ainda apresentava marcas visíveis de uma sociedade imperial, precisava mudar. O discurso vigente durante as primeiras décadas, entre elite e política, procurava uma maneira de controle social. Após o processo de higienização, que ficou encarregado de afastar a população pobre do centro da cidade – empurrando-a para os morros –, precisava-se dar conta dos “marginais”, “delinquentes”. É neste momento que se cria uma comissão para pensar um projeto de construção da Penitenciária na Capital. É sobre essas mudanças que a primeira parte deste trabalho é direcionada.

A segunda parte vai tratar sobre o início da década de 1930 e o momento de inauguração da instituição. Um período de grandes transformações no contexto político brasileiro. Em Santa Catarina, a partir de 1930, o estado foi governado por alguns interventores federais e a situação política se manteve agitada pós-revolução. A intenção aqui é tentar relacionar os vários acontecimentos políticos nos âmbitos estadual e nacional ao funcionamento da Penitenciária, pensando desde os momentos finais da construção, o pós-inauguração e suas falhas administrativas nos anos iniciais.

Dentro deste período, de 1935 a 1937 o Poder Executivo Estadual foi liderado pelo governador eleito Nereu Ramos, nomeado interventor posteriormente (1937-1945). Durante seu governo, a Penitenciária passou por mudanças significativas, visto que as reformas e

ampliações mostravam-se necessárias em função das demandas por melhorias. Neste momento tem-se também todo o discurso trabalhista iniciado no período do Estado Novo, de Getúlio Vargas, e que permeia o país. No interior da Penitenciária, este discurso é reforçado através da ideia de regeneração pelo trabalho, configurando, no entanto, uma inversão de cotidianos: o do trabalho no exterior e no interior da instituição.

A terceira parte deste trabalho tentará delinear os paralelos entre estes dois cotidianos, ou seja, de que maneira o trabalhismo do governo Vargas pode ser visualizado no regime penitenciário instalado e na dinâmica exercida dentro da Penitenciária entre 1935 e 1940 – que corresponde ao momento final das reformas implementadas na instituição.

1 UM OLHAR SOBRE A CIDADE

A virada do século foi um período de grandes transformações no Brasil, o que atingiu de modo diferenciado suas diferentes regiões. No final do XIX e início do XX, após a proclamação da República, a sociedade adequou-se a um novo modelo político. Além disso, sofreu uma forte influência europeia no que diz respeito a novas formas de comportamento da sociedade e organização do espaço público, sendo, para isso, conceitos-chave os processos de higienização e modernização dos grandes centros urbanos. A pequena Capital de Santa Catarina, Florianópolis, que ainda apresentava marcas visíveis de uma sociedade imperial, também entrou em frequência com estes novos ideais.

Foi um momento delicado, onde política, cultura e economia adquiriam nova dinâmica no país. Na Capital Federal, Rio de Janeiro, a situação era de constante agitação, além dos diferentes grupos político-ideológico em conflito, a população aumentava em função da vinda de um número considerável de imigrantes europeus, que serviam como mão de obra nas fábricas ou eram destinados para o trabalho rural. A preocupação para os governantes da República no início do século, não só no âmbito presidencial, mas também nos governos estaduais, era a de manter o controle populacional, principalmente a parcela pobre ou considerada desviante – as prostitutas, os menores abandonados, delinquentes, indigentes, etc. - e, além disso, tratar do problema de saneamento e higiene deste segmento da população, onde os surtos de malária e varíola se espalhavam rapidamente.

Importando um modelo europeu de modernidade, com destaque para Londres e Paris - e foco nesta última -, algumas das cidades brasileiras passaram por processos de higienização e modernização que trataram de separar ainda mais a população pobre da elite. Esses ideais, seja no sentido de higiene ou no de segregação, trouxeram descontentamento para grande parte da população, o que culminou no Rio de Janeiro, por exemplo, na revolta da vacina⁸. A questão, que culminou nestas agitações populares, centralizava-se na forma como foram impostas estas novas regras: além do uso da força e da campanha incisiva, a parcela dominante da sociedade da época e os valores relativos ao corpo consideravam inaceitável, quando da prática da vacinação obrigatória, ver “suas mulheres, mães, irmãs, filhas, tias, avós terem expostas e manipuladas por estranhos partes íntimas do corpo” (SEVCENKO, 1984, p. 15).

⁸ Sobre este tema ver: *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*, de Nicolau Sevcenko.

Esse impulso de urbanização, higienização e modernização da Capital acarretou, como no Rio de Janeiro, na introdução de regras de segregação urbana. A parcela da população mais pobre foi considerada um problema social e um perigo à saúde e bons costumes. A derrubada dos cortiços e casas mais simples, por exemplo, obrigou-os a subirem os morros atrás de novos espaços para habitar. É neste momento que se iniciam as ocupações dos morros na área central da cidade.

1.1 A MESMA SOCIEDADE, OUTROS IDEAIS

Em Florianópolis, onde as marcas do antigo regime ainda eram latentes, houve em vários momentos, desde o final do século XIX, uma tentativa de embelezamento, quando “este processo de retirada gradual das casinhas de ‘porta e janela’ encontra-se no bojo de toda uma nova delimitação de espaços sociais” (PEDRO, 1994, p. 29). Nas primeiras décadas do século XX ocorreu na Capital catarinense uma ampla remodelação urbana e social, embora limitada e em ritmo próprio, dadas as condições econômicas que não eram suficientes para financiar grandes empreendimentos, os quais passaram a depender, de acordo com Joana Maria Pedro “principalmente, da força de sua elite política” (1994, p. 81). Sobre isto:

A cidade sofreu um importante processo de modernização. Contudo, este processo era limitado, haja vista os recursos econômicos, as necessidades e especificidades do panorama social e urbano. Florianópolis não acompanhou a velocidade das reformas urbanas de cidades como o Rio de Janeiro, capital política e centro econômico do país, na época. Constituíam-se, desta forma, uma modernidade distante e periférica. (COSTA, 1999, p. 32)

A formação de uma burguesia comercial já no século XIX implicou no destaque de descendentes de alemães no comércio da capital, que vai se estender até pouco depois de 1930.

A dependência com o mercado do Rio de Janeiro e a concorrência com a produção do Rio Grande do Sul, acarretaram na defasagem dos preços da produção litorânea catarinense no final do XIX. As colônias de imigrantes – principalmente alemães e italianos – começavam a se desenvolver, preocupando-se com abertura de estradas e em manter mão de obra especializada nos diversos segmentos de sua economia e, desta forma, o crescimento populacional imigrante mantinha relações diretas com as economias locais.

As colônias do Norte de Santa Catarina acabaram por consolidar uma urbanização relacionada ao processo de industrialização de base local, enquanto as antigas – próximas à capital – regrediam em número de habitantes, concentradas em um quadro rural e sem perspectivas (Cruz, 2008). A elite que aflorava das colônias do norte dinamizavam as atividades empresariais, possibilitando um caráter pioneiro e inovador.

[...] na formação sócio-espacial da fachada litorânea os meios de domínio do pequeno modo de produção introduzido pelos imigrantes alemães foram mormente mais efetivos nos vales atlânticos,[...], alicerçando, economicamente, a representatividade política de indivíduos originários do comércio ascendidos a militares. Sob este apoio, nomes como Lauro Müller, Carlos Renaux, Felipe Schmidt, Victor e Adolpho Konder, prolongaram a importância política catarinense da região, em razão do aceleração da substituição de importações no período entre guerras que afinou a estabilidade das indústrias situadas nos vales atlânticos ao norte. (CRUZ, 2008, p. 31)

Em Florianópolis no início do século XX, os alemães - ou seus descendentes - formavam um grupo de cooperação econômica ligado aos capitalistas do Norte do Estado, baseado no capital comercial. “Depois da Revolução Federalista, somente se percebe comerciantes descendentes de alemães relacionados à política e associações de classe em Florianópolis” (CRUZ, 2008, p. 83); as firmas nos ramos industriais da capital catarinense surgem para suprir as demandas locais, fazendo com que algumas famílias se destaquem e consolidem seus nomes no comércio da cidade, tais como os Hoepcke⁹. Além disso, esses imigrantes e seus descendentes acabavam casando entre si, para manter as relações comerciais.

Nota-se que os anseios de urbanização chegaram a Florianópolis concomitantes às simpatias políticas principalmente ligadas a Hercílio Luz, aliado político do bloco teuto-brasileiro que, enquanto governador, promoveu a instalação da primeira ponte ilha-continente e a ampliação do Mercado Público, de certa forma, anulando a esfera municipal em relação à instância de poder estadual. (CRUZ, 2008, p. 97)

A partir dos anos de 1910 a campanha de urbanização em Florianópolis intensificou-se. Iniciaram-se várias obras públicas com intuito reformador na cidade, onde:

⁹ Segundo Cruz: “a inserção da firma Hoepcke nos ramos industriais que implantou em Florianópolis, está ligada, efetivamente, ao suprimento de demandas locais, como aconteceu com o prego para as necessidades de construção, o gelo necessário ao condicionamento de pescado e outros gêneros transportados pelos navios, o estaleiro na manutenção das embarcações da ENNH, e a fábrica de rendas e bordados, ligada ao pioneirismo da firma referente à sua inserção em novos mercados” (2008, p. 78).

[...] em 1909, foram instaladas as primeiras redes de água encanada; entre 1913 e 1917, foi construída a rede de esgotos; em 1910, instalada a iluminação pública com energia elétrica; em 1919, também, foi dado início à construção da primeira avenida da cidade, a qual, em sua conclusão, passou a chamar-se Hercílio Luz. Em 1922, foi dado início à construção de uma ponte ligando a Ilha de Santa Catarina ao Continente fronteiro; esta, em sua conclusão em 1926, também chamou-se Hercílio Luz. (PEDRO, 1994, p. 81)

A construção da Avenida do Saneamento – atual Avenida Hercílio Luz -, fez com que as casas mais pobres situadas naquela região fossem demolidas, deixando seus moradores sem um espaço adequado para construir novas moradias. A Avenida é considerada um marco em dois sentidos: o da higienização, que proporcionou uma melhora no tratamento do esgoto que ali era depositado e na canalização do Rio da Bulha, e também no de segregação entre classes, pois afastou a população pobre fazendo-a subir os morros que circundavam o centro da cidade, deixando para a elite a parte “embelezada”, “moderna”.

Desde o final do século XIX até o período descrito acima, há um forte impulso no surgimento de jornais e periódicos, difundindo regras de comportamento e práticas sociais, os quais “eram temas recorrentes nos periódicos locais, tanto aqueles político-partidários quanto os literários” (PEDRO, 1995, p. 54). É possível perceber, através deste *boom* de impressos na cidade, a formação dos discursos das elites dominantes – oriundas de famílias tradicionais catarinenses -, as mesmas que começaram a controlar os grupos políticos da cidade¹⁰.

Esses jornais e periódicos surgem no momento da transformação da sociedade florianopolitana, mas são, em contraposição às sociedades burguesas europeias, manipulados pelas lideranças políticas do Estado para criar uma opinião pública.

A questão levantada por Habermas (2003), é que nos grandes centros urbanos europeus desenvolvidos pela expansão comercial, a construção de uma esfera pública – uma terceira dimensão entre o poder público e as atividades encerradas no âmbito privado – nasce em meio à formação dos Estados nacionais modernos. A esfera pública burguesa envolveu, principalmente, a constituição de uma imprensa de opinião. Com o novo sistema capitalista surgem também as trocas: de mercadorias e informações, criando uma rede horizontal de dependências econômicas. A partir disto, os comerciantes burgueses criam seus próprios círculos de compartilhamento de informações, separando os negócios do Estado (públicos)

¹⁰ Joana Maria Pedro, em seu livro *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX* faz uma importante e minuciosa análise em torno do surgimento de periódicos e grupos políticos na capital catarinense, apontando uma teia de relações e discursos através das páginas destes.

dos negócios privados, alcançando uma posição central no “público”. A classe burguesa letrada começa a desenvolver, assim, um posicionamento crítico perante a sociedade.

Sendo assim, a formação de uma imprensa de opinião na cidade de Florianópolis dá-se no “sentido inverso”, ou seja, jornais criados por influência de partidos políticos, para difundir ideias e conectar o poder público ao privado. A questão é que esses jornais eram destinados a grupos específicos, que faziam parte de uma minoria. A veiculação de informações através destes impressos servia para hierarquizar ainda mais a sociedade:

Ligados aos que liam, escreviam, votavam e eram eleitos, os periódicos atingiam pequena parcela da população. Esta parcela era, entretanto, justamente, a que dominava os cargos do poder público, que possuía propriedades e, conseqüentemente, determinava, embora não sem resistência, os caminhos e os discursos dessa sociedade. (PEDRO, 1995 p.71)

Enquanto a imprensa mundial já no século XIX transitava para um novo modelo de jornalismo, em Santa Catarina esse setor ainda era impulsionado por lutas político-partidárias (Lunardi, 2009). A mídia era tomada como arma política e as páginas dos jornais ajustavam os acontecimentos seus pressupostos e ideais. A imprensa de opinião era um espaço para fazer política e tinha como finalidade alcançar visibilidade e poder.

Estes grupos e seus discursos delimitam o panorama das transformações que resultaram em um novo olhar sobre a cidade, seu modo de vida, organização do espaço público e controle da sociedade. As regras de comportamento, as divisões de gênero nas atividades, as demarcações de espaços de sociabilidade das elites e trabalhadores pobres eram veiculados nas páginas destes impressos, bem como os acontecimentos governamentais - os quais eram mais destacados, visto todo o aparato político por trás de sua existência. Mais especificamente em relação às camadas populares, uma linguagem relativa a uma “alteridade condenada”, como se refere Sandra Pesavento (1999), ganhou corpo, ao focar uma “cidade maldita”, que deveria ser alvo das ações do Estado e, por conseguinte, da estigmatização.

As três primeiras décadas do século XX foram marcadas por dois nomes principais alternando o governo de Santa Catarina: Lauro Severiano Muller e Hercílio Pedro da Luz que eram as principais lideranças políticas do Partido Republicano Catarinense. Os que estavam no controle de Santa Catarina “quando não eram um ou outro (ou os dois juntos), eram de suas escolhas, separadas ou conjuntamente” (CORREA, 1984, p. 18). As reformas de grande porte foram concluídas no mandato de Hercílio Luz, sendo que a construção de maior

visibilidade, a ponte que liga ilha e continente, só foi concluída após sua morte – e que vai levar também o nome do Governador. O historiador Carlos Humberto P. Correa assinala a questão da distribuição do poder na cidade e afirma que “o processo político catarinense foi de um continuísmo oligárquico em que as preocupações maiores estavam em deixar no poder os membros de um Partido único, unidos entre si por laços consanguíneos” (1984, p. 25-26).

Acompanhar esse processo desde seu início é importante para compreender como estas reformas e transformações fazem parte da estrutura organizacional de uma cidade onde o poder dos “de cima” dominava fortemente todos os segmentos, sejam eles políticos, administrativos, econômicos e sociais, fazendo uso de discursos moralizadores e valendo-se de um histórico onde determinadas famílias já haviam alcançado reconhecimento em função da inserção em campanhas políticas, ou até mesmo por suas profissões, as quais se destacavam principalmente nas de médicos, advogados, industriais e comerciantes.

O jogo político em Florianópolis sofrerá modificações importantes após a Revolução de 1930¹¹, quando as políticas de desenvolvimento industrial levadas a cabo pelo Estado Nacional deixarão a região à margem da dinâmica econômica predominante, ao mesmo tempo em que abrem a possibilidade de aumentar a influência do poder público do conjunto da sociedade, em benefício de suas elites desde há muito estabelecidas nas posições de poder mais privilegiadas.

1.2 PODER PÚBLICO E ORDEM URBANA

Uma das questões que aparecerão em relevo, a partir das representações sociais compartilhadas entre os que se posicionaram na esfera pública de Florianópolis, foi a da criminalidade urbana. A atenção frequente em pensar no “crescimento” da cidade como um espaço moderno, regulado e de acordo com tudo de novo que a República trouxe, deixou em suspenso um tema de alta relevância e que será concretizado em 1930: a construção de uma penitenciária. O empreendimento desta construção significará, segundo Miranda, o “encerramento de um período de grandes reformas por que passou a cidade” (1998, p. 14).

A legitimação destes discursos vinha pautada na ideia de que a população era a culpada pelos problemas. O que fica evidente, apesar de não haver uma penitenciária na cidade, é a emergência de novas maneiras para conter a incidência criminal:

¹¹ Utilizo este termo para definir os acontecimentos políticos do início da década de 1930 pois é assim que as fontes utilizadas neste trabalho vão se referir ao momento.

Um dos efeitos destas práticas e destes discursos, talvez tenha sido o de ter contribuído consideravelmente para a configuração do “delinquente”, do “criminoso”, objetivada pelos conteúdos das modernas técnicas de investigação, identificação e aprisionamento que se implantavam na cidade. (ARAÚJO, 1989, p. 53)

Como observa Araújo, estes novos discursos propagados começam a designar quem são os delinquentes e quem são os virtuosos, pois não bastava apenas ser higiênico, mas também ser responsável e trabalhador. Porém, isso não é um caso específico da cidade de Florianópolis. O historiador Sidney Chalhoub, em análise a respeito dos trabalhadores no Rio de Janeiro pós-abolição e proclamação da República, acentua estes discursos moralizadores que distinguem a população por meio das diferentes interações com o trabalho, ou seja, “a relação que se estabelece entre trabalho e moralidade: quanto mais dedicação e abnegação o indivíduo tiver em seu trabalho, maiores serão os seus atributos morais” (2001, p. 70).

A preocupação que surge entre os parlamentares no Rio de Janeiro logo após estes dois acontecimentos da história do Brasil é com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Essa transição deixou a classe dominante alarmada, tendo que repensar sua visão frente às transformações socioeconômicas do país (Chalhoub, 2001). Além disso, a população aumentava consideravelmente em função do fluxo excessivo de novos imigrantes. Estes faziam parte de um contingente que era superior ao número de vagas no setor industrial e de serviços, o que resultava numa luta para conseguir emprego, onde os salários eram em sua maioria baixos, gerando, em consequência disto, uma má qualidade de vida.

Outro ponto destacado pelo autor é a visão do mercado de trabalho, que “não dá conta de milhares de indivíduos que, não conseguindo ou não desejando se tornar trabalhadores assalariados, sobreviviam sem se integrarem ao tal ‘mercado’” (2001, p. 62). A partir disto é que os parlamentares envolvidos num projeto que buscava disciplinar a população através do trabalho empenhavam-se. Os libertos poderiam comprometer a ordem estabelecida e a primeira atitude a ser tomada era controlar os seus vícios. Vistos como ociosos e acomodados, além de estarem acostumados a outro sistema de trabalho tornavam-se um problema a ser “resolvido”. Abolir a escravidão significava pôr em nivelamento todas as classes, o que poderia gerar consequências inesperadas (Chalhoub, 2001).

A ociosidade e qualquer forma de ganhar a vida que não fosse através de um trabalho assalariado começaram a ser extremamente refutadas e reprimidas. Mecanismos institucionais de um Estado capitalista, segundo Claus Offe (1984), têm entre seus problemas estruturais a constituição de barreiras para alternativas ao trabalho assalariado. No Brasil, tais

circunstâncias aparecem na virada do século XIX para o XX e é nesse contexto que surgirão também os conceitos de “vadiagem”¹² e “classes perigosas”. Este último termo foi utilizado pelos parlamentares como sinônimo de “classes pobres”, trazendo a ideia de perigo relacionado à pobreza. Com isto, os pobres passaram a ser ainda mais controlados e vistos de maneira degradante; além de ter seus costumes e maneiras de comportamento relacionadas ao crime, suas atitudes eram consideradas como um atentado à ordem.

O que se deve deixar entendido, é que estes “adjetivos” e termos designados às classes pobres são um discurso formado por uma parte da sociedade para alcançar seus objetivos,

Em suma, cabe enfatizar que mitos como a “preguiça” do brasileiro, a “promiscuidade sexual” dos populares e outros congêneres são construções das classes dominantes para justificar sua dominação de classe, sendo, então, apenas uma versão ou leitura possível da “realidade”, apresentada de maneira mais ou menos consciente pelos agentes históricos destas classes. (CHALHOUB, 2001, p. 80)

Florianópolis, como aventado anteriormente, espelhou-se principalmente no Rio de Janeiro para realizar seus projetos urbanísticos e modernizadores, mas com ênfase em um traço próprio das elites locais. Sob a noção de que o trabalho seria fator de distinção e condição social, as elites da cidade começaram a olhar com receio para as classes pobres, que não se encaixavam naquele novo modelo de sociedade.

Quanto à parcela considerada desviante houve uma atenção para com a forma de controle já desde o início do século.

Para compreender como se deu a construção da penitenciária e todo o discurso político que a envolve durante a década de 1930, período importante na história política do Estado de Santa Catarina faz-se necessário, primeiramente, entender como a criminalidade foi tratada no decorrer dos anos na cidade, o que foi feito para padronizar as regras de controle social nos espaços destinados aos criminosos e como isto se interliga com as regras de comportamento destinadas a toda a população neste momento.

¹² Para Sidney Chalhoub (2001, p. 73), “todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem. Assim, enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem”.

1.3 A BUSCA PELO CONTROLE SOCIAL

A população pobre, que era a mais prejudicada, muitas vezes ignorava os preceitos e discursos introduzidos na administração pública com vistas à modernização da cidade. Em consequência disto, eram comuns os conflitos e desobediências, agravados ainda mais pela dificuldade no mercado de trabalho e a falta de condições adequadas de moradia, onde “simultaneamente à cidade desejada, ordenada, persistia a Florianópolis das contradições, dos conflitos e tensões” (NECKEL, 2003, p. 77).

O controle era instituído para todos aqueles que significassem perigo ou atraso,

[...] os dirigentes da cidade haviam pensado um lugar, ou lugares, onde seria colocada a população “desregrada” da cidade. Assim, junto com a remodelação urbana, foram nascendo também os aparatos de controle como: asilos, orfanatos, cadeias, entre outros. (MIRANDA, 1998, p. 32).

Junto às instituições de controle, surgiram também os termos que designariam quem não estava de acordo com o modo de viver em sociedade. Para prosseguir, porém, faz-se necessária uma breve explicação acerca de pelo menos um destes termos: o delinquente.

Segundo Lira e Carvalho (2002), o próprio fato de se nomear o sujeito que transgredir, coloca-o num espaço de exclusão do diferente; desta forma, o delinquente é reconhecido pela não ocupação de um lugar, pela ruptura de sentido que produz. O que as autoras colocam em discussão é o fato de o discurso penitenciário (des)sujeitar o delinquente enquanto prega por torná-lo cidadão. No panorama das reformas pensadas pelas elites de Florianópolis o sistema prisional serve como “resposta aos conflitos suscitados” onde ser delinquente é existir como sujeito alienado “numa realidade produzida pela desmoralização e falência dos ideais expressa pela decadência moral da sociedade” (Lira e Carvalho, 2002).

Pensando a partir desta conjuntura, já em 1909 há um Regulamento para as cadeias públicas do Estado de Santa Catarina que mostra, em algumas passagens, como o discurso reformista já vinha alcançando o âmbito criminal, desde a escolha dos carcereiros até a segregação de classes dentro da própria cadeia. Para entender:

Art. 2º. Para ser nomeado Carcereiro é necessário ter mais de 21 annos de idade, saber ler e escrever portuguez, ter moralidade e conducta comprovada pela autoridade que o propuzer¹³.

Este artigo faz parte do primeiro capítulo do regulamento, que trata da escolha dos carcereiros. Julga-se necessário, evidentemente, que a pessoa ao ocupar o posto designado para cuidar de uma cadeia seja de confiança do Prefeito de Polícia. Este último, no entanto, deverá certificar-se de que o candidato ao cargo tenha uma conduta moral adequada. Neste momento, a questão de ter moralidade e conduta comprovadas vai além do que se espera simplesmente de um carcereiro – que é o fato de guardar a prisão. O acesso à educação – entende-se ler e escrever - não era um privilégio de todos no início do século em Florianópolis. Como já vimos isso volta à questão da formação de uma esfera pública estatal na cidade, ou seja, à falta de um círculo de informações que parte da população para cobrar a função pública do Estado. Sendo assim, apenas uma pequena parcela dessa população se encaixava nos requisitos apresentados nesta passagem, a mesma parcela que definia os novos modos de vida da população florianopolitana.

Não se pode ignorar, com isto, que as requisições de saber ler e escrever fossem muito importantes para um cargo como este, que necessita de registro e controle dos presos que entram e saem das cadeias, assinaturas, relatórios, ofícios, etc. Mas o reflexo destas requisições é a segregação de classes, que acontece de maneira exorbitante em meio a um projeto político controlador e reformista.

Há neste mesmo regulamento outras duas passagens que exemplificam esse processo:

Art. 32. Os presos serão classificados por sexos, idades, moralidades e condições, separando-se estas classes, quando fôr possível, e observando-se o maior numero de sub-divisões que permitir o edificio¹⁴.

e ainda,

Art. 33. Aos presos pobres se fornecerá almoço e jantar, parques, porém saudáveis; de conformidade com a tabella em vigor¹⁵.

¹³ APESC. Regulamento para as Cadeias Públicas do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Governador Gustavo Richard e publicado em 07 de abril de 1909. Capítulo I, p. 4.

¹⁴ Ibid., Capítulo IV, p.11.

¹⁵ Ibid..

O capítulo IV do Regulamento destina-se à organização da polícia e das cadeias. Neste período, as cadeias mais conhecidas, que recebiam mais presos e onde havia uma maior circulação na região eram a da Capital¹⁶ e a do distrito de São José no continente. A evidente segregação de classes apresentada nesses dois trechos revela como os discursos já estavam enraizados logo no início do século, momento crucial para estabelecer e solidificar o imaginário republicano por todo o país.

O sistema prisional ganhou novas conotações conforme a administração política da cidade mudou, sob a égide da pretensa necessidade de afastar do centro os delinquentes.

A preocupação em relação aos presos que ficavam na cadeia pública e também em mantê-los afastados do centro fez com que a administração da cidade passasse a incluir em seus planos de obras públicas a construção de uma penitenciária. Os planos não saíram dos papéis por um período considerável, mas já é possível encontrá-los em documentos oficiais logo após o Regulamento de 1909.

Em 28 de outubro de 1910 há a sanção de uma Lei¹⁷ que autoriza o Poder Executivo a aplicar uma quantia com a construção de um edifício para a Penitenciária,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que o Congresso Representativo decretou e eu sanciono a Lei seguinte:

Art. 1. – Fica o Poder Executivo autorizado a despendar, anualmente e durante quatro annos, até cincoenta contos de réis, com a construção ou adaptação de um edifício para penitenciária nesta Capital ou onde julgar mais conveniente.

Art. 2. – Poderá o Governo adoptar o plano que melhor lhe pareça para estabelecimentos d’esse gênero, installando além das prisões cellulares, officinas de trabalho compatíveis com o regimen, e uma secção agrícola organisadas de modo que a respectiva renda mantenha ou pelo menos auxilie o custeio, deduzindo cincoenta por cento dos saldos que se verificarem em beneficio dos operários reclusos e o excedente para aquisição de machinas e instrumentos de trabalho. [...]

Este trecho da Lei sancionada por Vidal Ramos coloca em evidência o uso do trabalho como algo elementar na ressocialização do preso e, como visto anteriormente, algo que dignifica a pessoa e serve como um divisor para rotular “delinquentes” e “honestos”. Estes documentos oficiais, cuja análise depreende um esforço de cruzamento de informações, visto que são excessivamente formais, mostram o discurso modernizador propagado pelas elites – não só catarinenses - da época.

¹⁶ Em Florianópolis situava-se no prédio da Casa de Câmara e Cadeia, no centro da cidade.

¹⁷ ALESC. Lei nº 864 de 28 de outubro de 1910, sancionada pelo Governador Vidal Ramos.

Deve-se lembrar, também, que as pessoas incumbidas de realizar estes projetos e sancionar essas leis, são as mesmas que tentavam determinar os modos de comportamento e os ideais higienistas, onde “o surgimento de várias instituições na cidade, sejam assistencialistas ou de controle social, são parte do processo modernizador emergido no período” (MIRANDA, 1998, p. 33). Além de toda a forma de sociabilidade e comportamento importados, o momento pós Proclamação da República vai pensar também na constituição de um modelo jurídico baseado no europeu, mas que se dá de uma forma heterogênea (Gruner, 2009), deixando algumas fissuras no modo que vai ser implantado.

Pensar nas prisões modernas é deixar em suspenso a ideia fria de punição e partir para uma escala que toma por *objetivo a regeneração do indivíduo*: uma espécie de “recuperação das almas”. Há uma preocupação, sob a perspectiva de Gruner, em “educar o delinquente” com valores moralmente sadios. A partir de uma premissa aonde o medo pelo diferente – ou alienado, transgressor, como vimos anteriormente – perpassa as camadas dominantes, que usam a regeneração e a educação moral como meios de transformação social, o caráter somente punitivo torna-se falho.

Fazer um projeto de grande porte, como a construção de uma penitenciária, entrar em execução, faria com que as elites florianopolitanas tentassem corrigir aquilo que em seus discursos tornava-se o entrave para a modernização da cidade: a classe pobre.

[...] o poder público de Florianópolis, no início do século XX, valendo-se de vários meios, como a força policial, os discursos dos documentos oficiais e da imprensa e ainda da prática higienista dos médicos, procurou tirar da área urbana os “desajustados”, os quais não estavam “ainda” enquadrados neste projeto civilizador que pressupunha a “ordem e progresso”. (PEREIRA, 1994, p. 29)

Não estar “ainda” enquadrados significava que não poderiam permanecer circulando pela área nobre da cidade desobedecendo as novas regras de sociabilidade e atuação no espaço urbano. O “homem do litoral”¹⁸, considerado preguiçoso, não mais poderia seguir seus costumes, pois era preciso abandonar os vestígios da “antiga vila” e pensar na “cidade

¹⁸ Termo utilizado por Hermetes Reis de Araújo (1989) para situar a construção da imagem dos habitantes da capital no início do século XX. Em suas palavras: “A literatura, o jornalismo, a historiografia e a crítica literária dos primeiros decênios deste século em Florianópolis, constituem um campo privilegiado onde é possível perceber a produção de alguns elementos que foram articulados para veicular uma caracterização negativista – e que se pretendeu científica – do habitante local, produzindo uma imagem de “decadência” racial e cultural, da qual seria portador o homem do litoral de Santa Catarina, descendente das primeiras levas de açorianos chegadas em meados do século XVIII” (p. 132-133).

moderna” (Neckel, 2003). Cada vez mais vão surgindo leis, decretos e outros documentos oficiais relatando a necessidade da construção de uma Penitenciária em Santa Catarina¹⁹.

Com as reformas em andamento e a solidificação de discursos que fortaleciam a segregação populacional, “entre 1910 e 1930 observam-se várias mudanças no aparato policial-judiciário, no sentido de aprimorar formas de vigilância e de intervenções sobre a cidade e seus habitantes” (NECKEL, 2003, p. 74). Com o aumento da vigilância e também do fortalecimento discursivo-elitista instaurado, a manifestação política em torno da construção de uma penitenciária que seguisse o moderno tratamento da criminalidade é reconhecida pelos governantes, incumbidos de pôr em prática o projeto.

Em 13 de setembro de 1911, início das principais reformas urbanas em Florianópolis, há um novo decreto²⁰ que preconiza a construção da Penitenciária e revoga a lei citada anteriormente, e diz:

O Congresso Representativo do Estado de Santa Catharina _ Decreta

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a construir e instalar uma penitenciária nesta Capital de conformidade com o regimen adoptado pelo Código Penal da República, e a estabelecer um gabinete de identificação e estatística.

Art. 2º Para execução desta lei o governo abrirá os creditos necessarios, expedirá regulamento e creará os empregos indispensáveis.

Art. 3º Ficam revogados a lei nº 864 de 28 de outubro de 1910 e mais disposições em contrario.

Palacio do Congresso Representativo do Estado de Santa Catharina, em Florianópolis, 13 de setembro de 1911.

(Assignados)

Presidente, Joaquim David Ferreira Lima.

1º Secretario, Francisco A. O. Margarida.

2º Secretario, João Guimarães Pinho.

Este documento, datado de setembro de 1911, é o primeiro que cita o Código Penal da República²¹, decretado já no ano seguinte da instalação da República no país e que consolida

¹⁹ Pautada na bibliografia de referência e consultando os arquivos da ALESC e APESC, é importante deixar registrado que não havia nenhuma penitenciária no Estado de Santa Catarina no início do século XX. A Penitenciária da Pedra Grande será a primeira instituição destinada ao recolhimento de presos no Estado. Antes disso apenas existiam as cadeias públicas, sendo que as mais citadas nos documentos oficiais são as de Florianópolis, São José, Laguna, São Francisco e Curitibaanos.

²⁰ ALESC. Decreto nº 28 de 13 de setembro de 1911, onde o Presidente do Congresso Representativo Joaquim David Ferreira Lima autoriza a construção e instalação de uma penitenciária na capital, revogando a lei nº 864.

a necessidade de uma reformulação jurídica – mesmo que “às pressas”. Acerca disto, Clóvis Gruner comenta que “a promulgação do Código Penal aparece, então, como um dos desdobramentos de uma tríade - trabalho, ordem e progresso - sobre a qual se assenta a república recém-instituída” (2009, p. 425). Em Santa Catarina, mais especificamente na Capital, as transformações republicanas foram sentidas “à flor da pele” pelas classes pobres, que foram marginalizadas, excluídas e afastadas.

As limitações econômicas prejudicavam os investimentos em obras públicas de grande vulto e, muitas delas, para ser concretizadas recebiam auxílio de empresas privadas. O número de moradores que podiam arcar com o embelezamento de suas residências era pequeno. A população pobre sofria com as demolições e a intervenção incisiva em seus modos de vida. A classe dominante alimentava cada vez mais o desagrado de conviver com aquela parcela da população, “se sentiam incomodadas pela sujeira e pela miséria, e que queriam afastar-se sanitária, geográfica, cultural e politicamente destas incômodas companhias” (NECKEL, 2003, p. 94).

Não é à toa que a necessidade de pensar em instituições de controle que pudessem de alguma maneira tirar das ruas os indesejáveis começa a se fazer cada vez mais presente nos discursos governamentais. Toda e qualquer forma de “descontrole” precisava ser tratada, “se, por um lado, a modernidade trouxe o progresso e a civilização, ela engendrou também o seu avesso: a violência e o crime” (GRUNER, 2009, p. 428). Para os delinquentes e àquelas pessoas que não seguiam o novo sistema de comportamento, reforço policial; para os menores abandonados que ficavam soltos pelas ruas, abrigos de menores; para os mais velhos, asilos; para os doentes mentais, manicômios ou hospitais de alienados.

Em Florianópolis esses discursos surgem concomitantes à ideia de construção da Penitenciária e vão aparecer, também, em documentos oficiais durante o processo de modernização da cidade. Como se pode notar na seguinte Lei²²:

²¹ Através do Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890, o General Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, decreta o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, visando a necessidade da reforma do regime penal.

²² **ALESC**. Lei 1049 de 17 de setembro de 1915 sancionada pelo Governador Felipe Schmidt autorizando o Poder Executivo a contrair um empréstimo de quinhentos contos de réis para construção do Hospital de alienados e da Penitenciária.

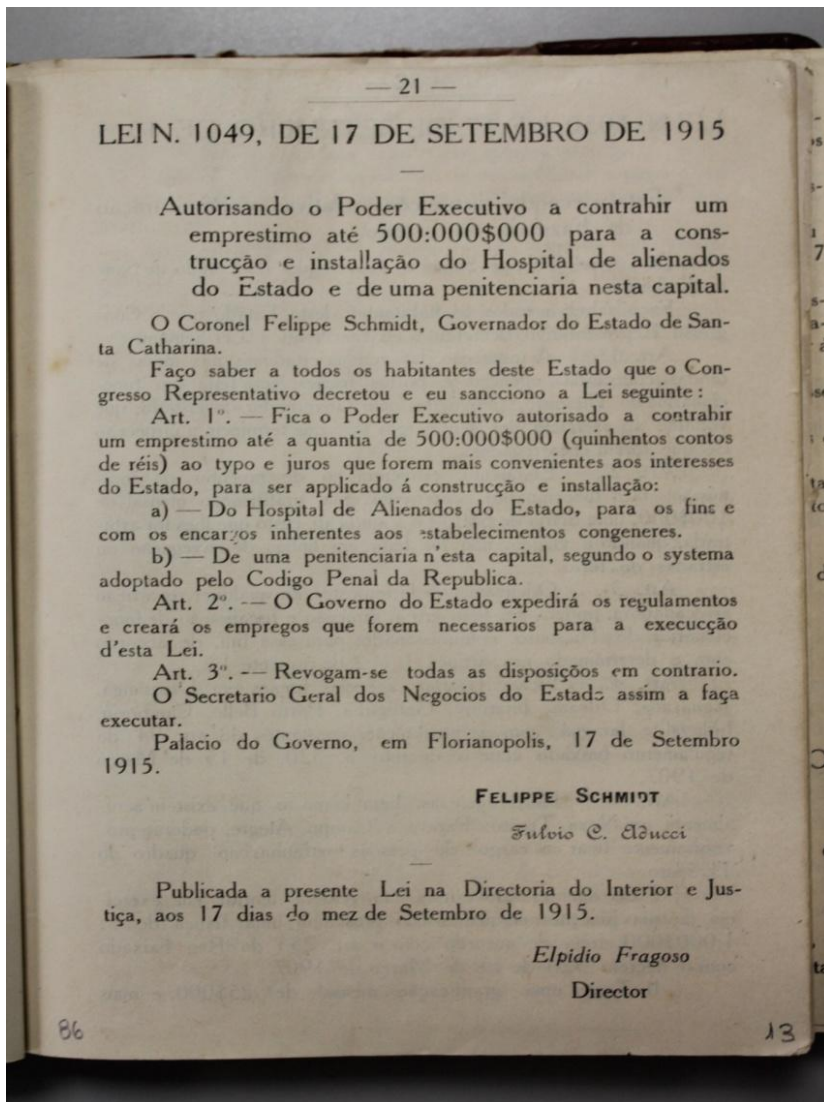


Figura 1 Lei 1049, de 17 de setembro de 1915. Fonte: Centro de Memória / Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Documentos como este representam a insistente necessidade de controle sobre a população, mas, o problema econômico e as reformas que já estavam em andamento atrasaram os projetos. Enquanto isso, a tensão entre classes seguia. As classes pobres, consideradas “perigosas”, apenas pensavam a utilização do espaço público de outra maneira, livremente. Destacavam-se, então, aquelas pessoas que mantinham um comportamento fora do padrão estabelecido. A preocupação com a construção do Hospital de alienados serve como um ótimo exemplo, pois os “loucos”²³ pobres, que perambulavam pelas ruas, eram considerados – assim como os ditos “marginais” – um perigo imediato à ordem.

²³ Conforme Melo (2000): “Psicopatas, alienados, doentes mentais, os termos foram se alternando conforme os períodos, assim como os sujeitos incluídos neles. Alcoolismo ou depressão, por exemplo, doenças encaradas hoje sob uma ótica diferenciada, foram durante muito tempo incluídas no rol da “loucura””.

O último documento analisado que tenta, de alguma maneira, dar início à construção de uma penitenciária - ainda sem sucesso -, é uma Lei²⁴ sancionada no governo de Hercílio Luz:

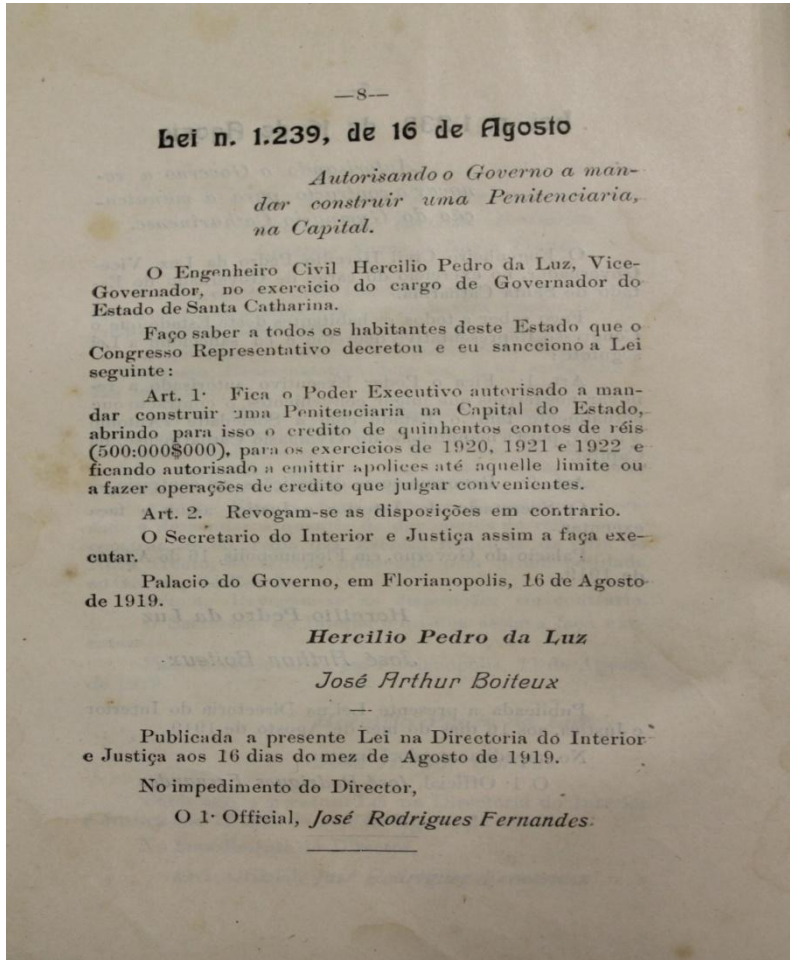


Figura 2 Lei nº 1239 de 16 de agosto de 1919. Fonte: Centro de Memória / Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Somente na década de 1920, após a conclusão das principais reformas urbanas, é que vão ser dados os primeiros passos para a construção da Penitenciária de Florianópolis, ao mesmo tempo em que a cidade vai tomando novos rumos, principalmente políticos. Segundo Miranda “destaca-se que o chefe de polícia no início dos anos vinte era Othon Gama D’Eça e o primeiro diretor do Gabinete de Identificação foi o médico Dr. Carlos Corrêa e esses constituíram, junto com outros membros, o primeiro Conselho Penitenciário do Estado” (1998, p. 34). O Conselho Penitenciário tinha como uma de suas principais funções julgar

²⁴ ALESC. Lei nº 1239 de 16 de agosto de 1919 sancionada pelo Governador em exercício, Hercílio Luz, autorizando o Poder Executivo a mandar construir uma penitenciária na capital.

apropriados ou inapropriados os pedidos de liberdade condicional, estabelecendo suas concessões ou não. Sua primeira sessão deu-se no dia 25 de outubro de 1928:

Acta da sessão de instalação do Conselho Penitenciário do Estado de Santa Catarina

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e vinte e oito, em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catharina, às 13 (treze) horas, em uma das salas da Assembleia Legislativa, presentes os excellentísimos senhores doutores: - Antonio Vicente Bulcão Vianna, Carlos José da Motta Azevedo Correia, desembargador José Boiteux, Nereu Ramos, Heitor Blum, Edmundo Accacio Moreira, - Procurador Seccional da República, e desembargador Americo da Silveira Nunes, Procurador Geral do Estado, respectivamente Presidente e Membros do Conselho Penitenciário do Estado, pelo snr. Dr. Presidente foi declarado instalado o Conselho Penitenciário e aberta a primeira sessão (sessão de instalação).

[...] ²⁵.

Os nomes dos representantes do Conselho Penitenciário comprovam como a idealização de um projeto para a penitenciária caminhava de mãos dadas ao discurso reformador derivado da República e também como os setores estruturantes das elites políticas deliberavam sobre a forma de controle social no início do século em Florianópolis. São estes homens que vão controlar a administração da instituição durante a primeira metade da década de 1930, após sua inauguração. A partir disto é que se podem verificar envolvimento políticos em torno do seu funcionamento, não só através dos nomes ligados ao Conselho Penitenciário, mas também o uso de cargos administrativos na instituição como trampolim político, tema este que será desenvolvido na segunda parte deste trabalho.

No ano seguinte, 1929, deu-se início à construção da Penitenciária do Estado de Santa Catarina, “empreendimento de monta e de gritante necessidade”²⁶ localizada no bairro das Três Pontes²⁷. Em mensagem à Assembleia Legislativa, Adolpho Konder deixa especificada a necessidade daquela obra, acentuando a problemática em torno da situação dos sentenciados:

Penitenciária do Estado

²⁵ APESC. Ata da sessão de instalação do Conselho Penitenciário do Estado de Santa Catarina em 25 de outubro de 1928.

²⁶ APESC. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, a 11 de agosto de 1929, pelo doutor Adolpho Konder, Presidente do Estado de Santa Catharina, p. 10.

²⁷ Atualmente é denominado de Agronômica.

A situação dos sentenciados, em Santa Catharina, é deveras vexatoria e deshumana.

Recolhidos, em criminosa promiscuidade, a cubículos infectos, soffrem os detentos privações inadmissíveis, excluída a possibilidade de assistência moral, afim de que se emendem e se regenerem.

Por deprimente aos nossos creditos e intolerável, esse estado de cousas reclamava remedio prompto e immediata solução.

Dahi a resolução do governo em construir, sem mais delongas, a Penitenciária do Estado, obra de grande porte, já atacada e que, de accôrdo com o contracto feito, deverá estar concluída em meados do anno vindouro. Obedece a edificação em andamento às prescripções da technica, adaptando-se rigorosamente às exigências da nossa legislação penal.

Esta sendo construída no bairro das Tres Pontes e comportará 81 detentos, isolados em cellas espaçosas e seguras, com um raio espacial destinado às mulheres.

Terá cinco salões amplos para officinas e uma sala para escola.

No edificio da administração, conjugado ao corpo da Penitenciária, haverá compartimentos especiaes reservados à direcção, à guarda, ao gabinete de identificação, à pharmacia, aos presos que aguardam julgamento e a todas as demais dependências imprescindíveis num estabelecimento dessa ordem.

Em edificação separada, serão installados os depósitos, a lavanderia e o almoxarifado.

[...] ²⁸

Termos como “afim de que se emendem e se regenerem” nos trazem novamente todas as ideias apresentadas até aqui. Uma instituição que surge, assim como tantas outras deste tipo, em um momento de consolidação dos padrões republicanos e de uma ordem capitalista burguesa, que define espaços de atuação e sociabilidades, fixa limites entre classes e pressupõe valores morais.

Sendo assim, a Penitenciária da Pedra Grande é construída como instituição moderna com caráter regenerador, com atenção aos corpos e mentes e coerente com a preocupação que fundamenta e justifica o projeto penitenciário moderno (Gruner, 2009). Suas dependências e todas as instalações, projetadas e pensadas a partir de modelos estrangeiros, visavam a ressocialização do sentenciado lhes atribuindo disciplina de trabalho durante o dia e isolamento durante a noite, para que aprendessem os valores morais dignificados através do trabalho e refletissem sobre o crime que teriam cometido.

Quando de sua inauguração a Penitenciária do Estado concretizou um discursivo dominante acerca das necessárias características de uma prisão moderna. Mas a década de 1930, porém, iniciava um longo e complexo conjunto de novas relações políticas que marcariam a história do Brasil e também de Santa Catarina. As instituições passariam a sofrer a interferência de tais mudanças e também a Penitenciária.

²⁸ Ibid., p. 82-83.

2 OS OSCILANTES ANOS INICIAIS

Penitenciária do Estado

É digna dos maiores encômios a iniciativa do ex-Presidente Adolpho Konder, mandando construir a Penitenciária do Estado, obra de cultura e de humanidade que veio minorar os sofrimentos dos infelizes condenados, lançados em cadeias impróprias e, não raro, em cubículos infectos.

Construída na aclividade da antiga chácara dos Ferreiras, em Piteiras, em local hygienico e fartamente batido pelo sol e pelos ventos, dispõe a Penitenciária das dependências que a moderna criminologia aconselha para estabelecimentos dessa natureza, com capacidade para recolher 79 detentos, homens e mulheres.

O Governo adquiriu o terreno da antiga chácara dos Ferreiras pela quantia de Rs. 40:000\$ e contractou a construcção do prédio pelo preço de Rs. 646:383\$000²⁹.

O trecho acima resume o que viria a ser a construção da *Penitenciária da Pedra Grande* no Estado de Santa Catarina: um empreendimento de destaque, moderno e que no momento de sua inauguração encerrava o complexo de obras e reformas urbanas pelas quais passou a cidade de Florianópolis no início do século XX.

Era o início de uma nova década, que trazia consigo um momento de rupturas no decurso político brasileiro e a maior instituição de controle do Estado estava para ser inaugurada a qualquer momento. Chegara a hora de pôr em prática, ainda mais estritamente, o discurso de controle que permeou o pensamento - desde o início da República - das elites políticas e das classes dominantes de Florianópolis.

No primeiro capítulo deste trabalho foi possível destacar a importância e o papel exercido pelos jornais em Santa Catarina, principalmente na Capital. O jornal *República* era o órgão oficial dos setores comandados por Hercílio Luz no interior do Partido Republicano Catarinense – agremiação que manteve um domínio político até o início dos anos 30. Outro contingente do partido gravitou durante anos em torno da liderança de Lauro Müller. Na década de 1920, porém, há o surgimento de uma oposição liderada pelos Ramos, que assumem um papel de renovadores e antípodas dos novos comandantes do partido, majoritariamente sob o comando de Adolpho Konder. A partir disto, houve um embate político travado pela imprensa escrita, onde através dos jornais, controlados principalmente por grupos políticos, ditavam-se regras e tentava-se manter o controle do destino político

²⁹ APESC. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 22 de julho de 1930, pelo General Dr. Antonio Vicente Bulcão Vianna, Presidente da mesma Assembleia, no exercício do cargo de Presidente do Estado de Santa Catharina.

catarinense. Konder, sucessor de Hercílio Luz no comando partidário, recebia loas na imprensa por manter a estabilidade da situação à qual sucedia e pertencia.

No âmbito estadual, o início do ano de 1930 marcava uma exaltação às obras públicas realizadas durante as duas décadas anteriores e ao governo que proporcionara tais obras, com apelos à suposta atenção de Adolpho Konder para com o povo, noticiados nas páginas do jornal *República*. Trazendo expressões tais como “*grandiosos melhoramentos*” e “*largo espírito de iniciativas modernizadoras*”³⁰, o jornal construía uma narrativa que dava conta de mostrar aos seus leitores como todas as ações tomadas faziam parte do projeto de um governo que se preocupava com as más condições no estilo de vida dos habitantes da cidade até então.

Em âmbito nacional, a questão social foi um tema que permeou os setores intelectuais e das elites no Brasil, sobretudo durante a década de 1920. O tema que ganhou destaque neste período foi a ideia da construção de uma nação republicana, um universo nacional que pudesse dar conta de organizar o espaço público em torno de uma dimensão política: a identidade coletiva, o sentimento de pertencimento comum entre os brasileiros (Motta, 1992; Oliveira, 1990).

O Rio de Janeiro, neste momento, tornava-se o centro de concentração dos principais modelos de modernização do país e o ano de 1922 foi o marco deste processo da construção de uma identidade nacional: a comemoração de um século da constituição política como nação independente trouxe novas ideias para o íntimo das percepções intelectuais em voga a respeito *do que* – símbolos - e *de quem* – questão racial - constituiria a nação brasileira.

Os discursos científicos em relação à constituição racial do país iam ao encontro das formulações intelectuais, impulsionadas ainda mais pelas influências estrangeiras que apostavam na desigualdade das raças. Intelectuais viam-se como se tivessem uma espécie de “obrigação social”, a qual seria delinear o perfil da nação. A partir daí, surgiram algumas correntes que tentam comprovar como a miscigenação teria comprometido os seus alicerces³¹. O problema, segundo algumas destas novas ideias, estaria na raiz cultural herdada no Brasil, ou seja, o estigma do português retrógrado aliado aos modelos estrangeiros e o desconhecimento das condições do Brasil seriam considerados entraves para a construção da nacionalidade brasileira.

A discussão em torno deste tema girou em torno da busca por uma nova organização da sociedade, onde a nacionalidade passaria a ser a resolução da quebra com o passado

³⁰Jornal **República**. Notáveis realizações. Florianópolis, domingo 12 de janeiro de 1930. Capa.

³¹ Sobre este tema ver: *A questão nacional na Primeira República* de Lúcia Lippi de Oliveira e *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência* de Marly Silva da Motta.

imperial tão recente e seus símbolos tão marcados. Pretendia-se a modernização da estrutura política e da educação – que seria a base transformadora para uma população organizada -, pois o modelo mantido até aquele momento parecia consumido, a deterioração das condições de vida vinham gerando movimentos de contestação social e as forças governamentais que controlavam o país já começavam a se dar conta de que o povo era capaz de se organizar politicamente (Motta, 1992).

Os anos de 1930 foram marcados pelo reforço da nacionalidade, principalmente em função da Grande Depressão - que se desencadeou durante essa década - e os esforços do novo governo em ampliar mecanismos de desenvolvimento interno do país. Desta maneira, o projeto de salvação nacional se daria com o processo de industrialização, que viria para movimentar a economia brasileira. Junto deste processo ascendia a questão operária, que era tratada com cautela por parte do governo.

2.1 CONSTRUINDO UMA PENITENCIÁRIA

Em janeiro de 1930, as notícias sobre a construção da Penitenciária declaravam que as obras iniciadas há pouco tempo, em 1929, encontravam-se adiantadas e vinham solucionar um dos mais altos problemas da cidade. Próximos à Penitenciária estavam sendo construídos também a Vila Operária e o Manicômio, caracterizando desta forma as obras de caráter assistencialistas, afastando do centro detentos, proletários e doentes mentais. Essas obras assistencialistas diferem das que irão ocorrer no final da década de 1930. São momentos distintos, que suscitam a forma de organização governamental principalmente através de duas famílias inseridas e reconhecidas na política estadual e nacional: os *Konder* e os *Ramos*.

As obras realizadas no início do século XX dão conta da adesão aos ideais republicanos de modernizar e higienizar, afastando e tirando de circulação as classes pobres e marginalizadas. Com o advento do Estado Novo, as reformas assistencialistas fazem parte de um projeto que percebe essas instituições de outra maneira, com a inserção da classe pobre na sociedade através do trabalho, característica esta que será uma marca do período varguista:

Norteada por uma concepção centralizadora, a Era Vargas caracterizou-se pelo desenvolvimento econômico, o nacionalismo, o controle sobre os trabalhadores e sobre os sindicatos, o planejamento estatal, a legislação social, os investimentos públicos e, sobretudo, pelo papel atribuído ao Estado como agente econômico. (D'ARAÚJO, 2000, p. 7)

Segundo Maria Celina D'Araújo, no período pós-Revolução de 1930 a liderança de Vargas se afirma com debilidade “em meio aos graves conflitos que opõem as oligarquias estaduais aos "tenentes" e à competição entre os diversos atores que ascendem ao cenário político nacional” (2000, p. 17); somente durante o Estado Novo há uma eliminação das oposições e a consolidação de sua imagem pessoal como símbolo. A estrutura administrativa neste período teria de se adaptar às novas exigências da economia e o principal “alvo” da produção capitalista seria o trabalhador. Tornava-se necessário implementar ações de saúde em benefício da produção, afinal, um trabalhador saudável estaria apto física e mentalmente para a jornada de trabalho (Ducatti, 2008).

Melhoria de vida e manutenção da saúde pública seriam garantias do Estado, a preocupação com a sujeira das cidades estava deixando de ser assunto privado e as demandas para atender à expansão industrial preconizavam por uma organização do trabalho fora das fábricas: era necessário domesticar a classe trabalhadora. A glorificação do trabalho pautava-se na reordenação do mercado e na solidificação da sociedade, o não enquadramento neste modelo dava aos sujeitos a condição de antissociais – não enquadrados no modelo “a ser seguido”. Além disso, é importante perceber que o crescimento das cidades e da expansão imobiliária vai afastar não só delinquentes e doentes mentais, mas também a classe operária: exemplo disto em Florianópolis é a Vila Operária, construída em frente à Penitenciária.

Neste período de grandes reformas, o governo tornava-se uma espécie de intérprete de todas as vontades e “cuidador” dos desgraçados (Salla, 1999). Em todo o país, uma série de instituições surgiu com este caráter de controle – principalmente as penitenciárias -, especialmente em função do debate em torno da criminalidade, que surge em vários países europeus e nos Estados Unidos. O modelo antigo de prisão, como o das velhas cadeias, não servia mais e não era eficiente (Miranda, 1998). Além disso, a intensificação do vínculo entre crime e camadas populares, a recusa das classes altas em dividir certos espaços da cidade com camadas pobres da sociedade e a ideia de pôr o país nos “trilhos do progresso” através da ciência e da razão circulavam fortemente no país e, como coloca Fernando Salla, a ideia era “transformar as prisões em redutos de regeneração dos condenados” (1999, p. 63).

Desta forma, analisando a conjuntura que envolveu o período inicial do projeto de construção da penitenciária até a metade da década de 1930, podemos perceber o quanto esta instituição serviu de arranjo político e depósito de indesejáveis, descaracterizando inclusive o próprio discurso propagado pelos governantes incumbidos de organizar e administrar este espaço, os quais diziam ser uma obra humanitária que diminuiria o sofrimento dos condenados.

Nas páginas do jornal *República*, sobre as notícias de construção da Penitenciária de Florianópolis, encontram-se passagens a respeito da importância do afastamento não só físico, mas também espacial destas pessoas. “*O local escolhido é um dos melhores*”³², noticiavam. Segundo Erwin Goffman (2003), instituições como as penitenciárias - que tem um caráter total - tendem ao fechamento e criam uma barreira à relação social com o mundo externo, ou seja, o afastamento espacial dava conta de manter em completo isolamento aquele grupo de pessoas indesejáveis, que poderiam perturbar a ordem estabelecida na cidade. Lugares de dominação e controle – como exércitos, escolas, conventos, prisões – formam processos disciplinares e criam espaços complexos a partir do modo que se organizam, garantindo a obediência dos indivíduos que ali se encontram. Desta forma, o isolamento surge no discurso oficial como um instrumento positivo de reforma (Foucault, 1987).

O terreno adquirido para a construção da Penitenciária encontrava-se, na época, do outro lado da cidade, no sentido oposto à área urbana principal. Duas novas ruas estavam sendo abertas e o serviço de esgoto sendo instalado. Além disso, 25 presos da cadeia pública de São José foram designados a trabalhar na limpeza do terreno. A distância era grande³³ e os obstáculos naturais – o mangue e uma montanha - dificultavam ainda mais o acesso ao lugar escolhido (Dias, 2010).

A transição política do país para o modelo republicano deixou as classes médias urbanas, então constituídas em geral por profissionais liberais, comerciantes razoavelmente bem sucedidos e funcionários do Estado, à margem das elites dominantes, sem que houvesse um enfrentamento real frente às novas estruturas administrativas e estatais. Para aqueles que estavam no poder mantivessem o controle, houve uma redução da participação popular e a consolidação de poder dos estados. O início do século foi marcado pelo reforço no aparato policial-repressivo, tema este que veio ligado aos discursos higienistas e à forte suspeição sobre a classe trabalhadora – principalmente negros, mulatos e imigrantes -, além disso, o crescimento industrial dos grandes centros urbanos do país fez com que as condições de trabalho fossem desumanas, gerando greves e movimentos organizados, os quais eram detidos com violência física (Patto, 1999). Essa violência, no entanto, era pautada na ideia de “interesses da Nação” para deter os indesejáveis.

³²Jornal **República**. Notáveis realizações. Florianópolis, domingo 12 de janeiro de 1930. Capa.

³³É importante levarmos em conta aqui que grande parte das obras de abertura das avenidas e o crescimento dos bairros para o interior da ilha acontecem num período posterior a este momento. Sendo assim, o acesso a determinadas localidades - pensando também a dificuldade dos meios de transporte – acabava sendo difícil e demorado.

O momento era marcado por uma disputa injusta entre classes, a qual era baseada no aparato repressivo, utilizado para causar medo e disciplinar a sociedade com vista às possíveis ameaças ao projeto republicano eugenista:

O discurso e as medidas voltados para a “desordem urbana” certamente tiveram no Brasil motivações que não o ajustamento da força de trabalho às novas exigências da produção industrial; eles foram resposta autoritária, moralista e preconceituosa a questões que se puseram à burguesia durante o primeiro período republicano; (PATTO, 1999, p. 178).

Estas questões discutidas por Maria Helena Souza Patto apareciam também reforçadas no discurso dos intelectuais da época, os quais bradavam o “estado de delinquência social do povo brasileiro” (1999, p. 185), sendo assim, o discurso sobre a regeneração moral dos indivíduos e a mudança de comportamento tentava submeter a sociedade brasileira à redenção do estigma de “preguiçosa” (Sevcenko, 1999). No entanto, vale destacar que a parte da população submetida a essa vigilância chegou a se organizar – com ênfase para a classe operária – para criticar essa “ordem social” exclamada pelas elites dominantes; o que acontece, porém, é que as práticas de controle que já eram atenção das autoridades, sobretudo as de cunho violentas, seriam reforçadas posteriormente.

Em Florianópolis, nos meses seguintes do ano de 1930, continuaram as obras de construção da Penitenciária. A Vila Operária foi entregue ao governo do Estado no dia 17 de junho daquele mesmo ano, meses antes do término da Penitenciária.

No dia 15 de agosto de 1930 o jornal publicou uma pequena nota³⁴ em suas páginas informando que o governo denominaria a Penitenciária a ser inaugurada de *Penitenciária da Pedra Grande*, em função geográfica do local que estava situada. Em setembro de 1930 chegava ao fim a construção da instituição. Novamente o jornal tomava nota deste acontecimento e no dia 20 de setembro estampava sua capa com um convite “ao povo” para comparecer à cerimônia de inauguração:

³⁴Jornal **República**. Penitenciária do Estado. Florianópolis, 15 de agosto de 1930. Página 2.

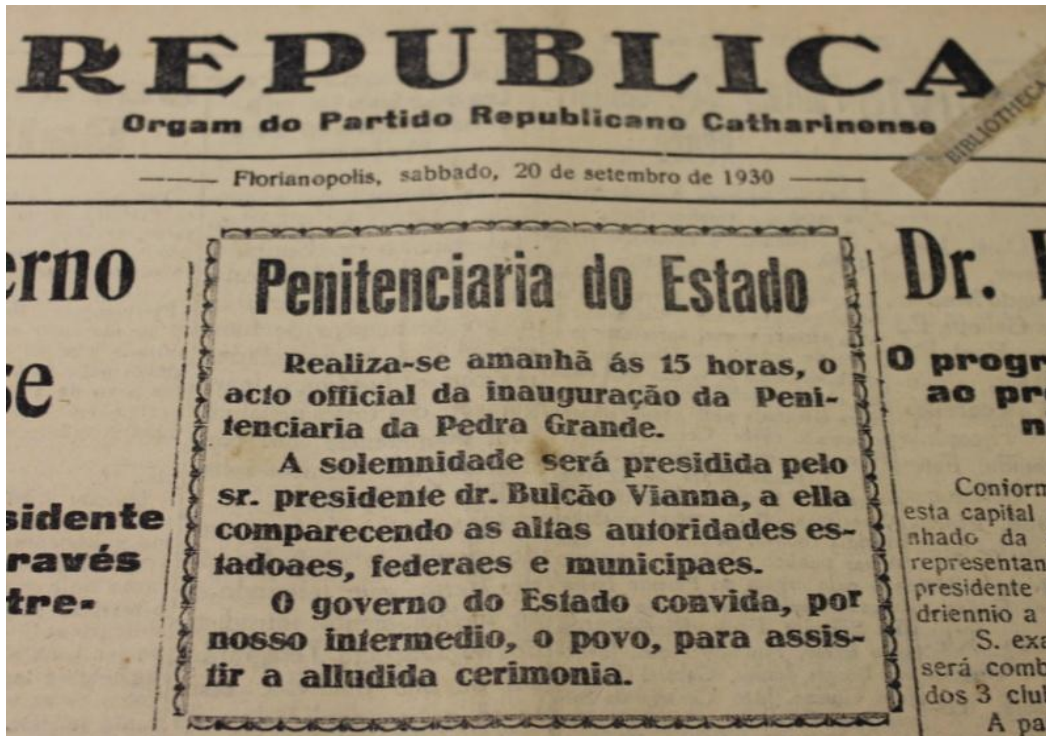


Figura 3 Penitenciária do Estado. Florianópolis, sábado 20 de setembro de 1930. Fonte: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

No dia seguinte, publicou novamente o mesmo convite, reforçando a importância do acontecimento, que contaria com autoridades municipais, estaduais e federais:

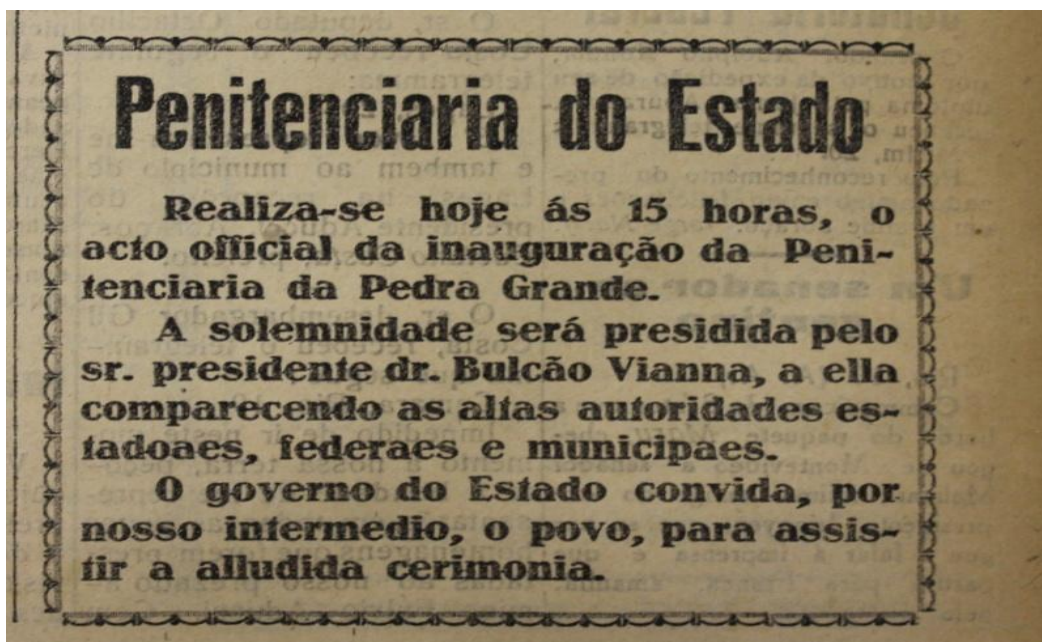


Figura 4 Penitenciária do Estado. Florianópolis, domingo 21 de setembro de 1930. Fonte: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

2.2 O PÓS-INAUGURAÇÃO

“O sr. presidente dr. Bulcão Vianna, tomando a chave da Penitenciária, abriu-a, inaugurando-a, por entre uma calorosa salva de palmas”³⁵.

Estavam presentes na solenidade os senhores: Presidente Dr. Bulcão Vianna, Presidente eleito e reconhecido Fulvio Aducci, Senador Adolpho Konder, Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desembargador Tavares Sobrinho, Presidente da Assembleia Legislativa Deputado Accacio Moreira, Diretor de Obras Públicas Haroldo Pederneiras e o primeiro Diretor da Penitenciária José Accacio Moreira Filho. Além destas autoridades, o jornal citou também a presença de muitas famílias e “*representantes de todas as classes sociais*”, sem especificar mais detalhadamente quais famílias seriam – ou poderiam ser – aquelas. Foi num tom de exaltação, novamente, que a inauguração da Penitenciária do Estado foi noticiada nas páginas do jornal *República*. Destacando a importância de tal instituição, declarando o “*extraordinário realce*” da cerimônia como um verdadeiro acontecimento.

“*A impressão era de perfeita admiração ante uma obra formidável pelo arrojo da sua concepção, dadas as possibilidades financeiras do Estado, dentro dos seus recursos ordinários*”.³⁶ Este trecho evidencia não só o êxtase diante de uma das maiores obras realizadas no Estado, mas a própria fragilidade econômica do momento. Inclusive as reformas urbanas levadas a cabo pelo governo nas duas décadas anteriores contribuíram para esta situação, onde “a nova aparência da cidade passou a ser tão ou mais importante que as rendas municipais” (SANTOS, 2009, p. 530). Como visto na primeira parte deste trabalho, as reformas urbanas em Florianópolis acompanharam as mudanças que ocorriam no país em função, principalmente, das transformações políticas e econômicas com base na Capital Federal, Rio de Janeiro, que buscava se alinhar ao ritmo econômico europeu:

A nova filosofia financeira nascida com a República reclamava a remodelação dos hábitos sociais e dos cuidados pessoais. Era preciso ajustar a ampliação local dos recursos pecuniários com a expansão geral do comércio europeu, sintonizando o tradicional descompasso entre essas sociedades em conformidade com a rapidez dos mais modernos transatlânticos. (SEVCENKO, 1999, p. 28)

Este alinhamento, segundo Nicolau Sevcenko, vinha acompanhado do ritmo agitado dessas mudanças no país e que permitiu uma aceleração na mesma proporção do ritmo de vida

³⁵Jornal **República**. A inauguração da Penitenciária e da Vila Operária – Brillhantes solenidades. Os discursos proferidos. Florianópolis, terça-feira 23 de setembro de 1930. Páginas 2 e 3.

³⁶Ibid.

da sociedade carioca. Desta forma, era preciso findar com velhos hábitos de desordem urbana, os quais não condiziam com a nova realidade. Essas mesmas ideias e termos foram “absorvidos” e “encaixados” na realidade da cidade de Florianópolis no início do século XX. Há, neste momento, uma conexão entre regeneração da cidade e regeneração social, a fim dos interesses de progresso e civilização, termos que serão apropriados no discurso político catarinense quando do momento de inauguração da Penitenciária.

Além disso, este período é definido por um processo de arranjos sociais confusos a respeito de *quem e porque* circula nos espaços urbanos e as funções que exercem nesses espaços. É a partir daí que o controle estrito começa a surgir e a definir instituições, regulamentos e modelos de comportamento (Araújo, 1989), de maneira a coibir a delinquência e a ociosidade na cidade.

Sobre as instalações e o interior da Penitenciária, relatavam que “*em todas as dependências há conforto, abundância de luz, ar, na preocupação de oferecer-se ao detento um presídio mais humano de acordo com os princípios modernos*”³⁷, ou seja, era preciso percebê-la como uma nova instituição, baseada na vertente do ideário criminalístico burguês que estava em voga na época (Miranda, 1998).

A questão mais pertinente a se analisar nestes discursos veiculados nas páginas do jornal é a exaltação do espaço físico construído, sem atentar para aquelas pessoas que mais tarde passariam a cumprir ali suas penas. O discurso de sistema humanitário, por mais exacerbado que fosse, tornava-se superficial. Um exemplo disto, que será explicado melhor posteriormente, é o trajeto da instituição logo nos primeiros anos de funcionamento, que contará com uma administração falha e desorganizada e só irá se “reestruturar” após a segunda metade da década de 1930.

Além disso, era forte o sentimento de que aquela iniciativa tornava-se parte de um projeto maior, que visava à civilização daqueles “*desgraçados condenados*”, evidente em mais uma passagem veiculada pelo jornal, a qual diz que a Penitenciária é “*um estabelecimento que honra a nossa cultura de povo civilizado*”³⁸. Essa ideia de civilização constante torna-se um ponto de intersecção do lema republicano de ordem e progresso, consolidando ideais conforme a política governamental optasse, baseando-se principalmente em maneiras “eficazes” de “organização” da sociedade.

³⁷Ibid.

³⁸Ibid.

Porque é precisamente em combinação com o processo civilizador que a dinâmica cega dos homens, entremisturando-se em seus atos e objetivos, gradualmente leva a um campo de ação mais vasto para a intervenção planejada nas estruturas social e individual. (ELIAS, 1993, p. 195)

O sociólogo Norbert Elias traça o percurso histórico do que chama processo civilizador e possibilita uma compreensão mais acurada da dinâmica social exercida no período estudado neste trabalho. É importante entendermos, primeiramente, que essa “civilização” não é um planejamento premeditado por alguém em algum momento histórico específico; é um produto da mudança de conduta e dos sentimentos humanos ao longo do tempo. O controle efetuado por todos os lados, no hábito social, é transformado – de várias maneiras – em autocontrole. Essa regulação humana, por sua vez, procura manter uma estabilidade, uma ordem social, como se fosse um pequeno esquema de atividades onde há uma reorganização dos relacionamentos humanos, gerando mudanças que estruturam a personalidade humana. O resultado disto é a nossa forma de conduta e sentimentos “civilizados”, ou seja, a civilização é “mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se veem obrigadas a conviver” (ELIAS, 1993, p. 195).

Tais “redes de relacionamentos”, embebidas nos ideais de vida social difundidos por parte da elite republicana do início do século XX, em todo o país, constituíram certo sentimento sobre as classes pobres e marginalizadas, as quais deveriam ser controladas em seus modos de agir e de viver, tentando organizar essa sociedade por meio do pensamento moderno civilizatório.

No dia 24 de setembro de 1930, novamente o jornal publicava uma matéria sobre a inauguração da Penitenciária, desta vez destacando apenas o discurso do Dr. Haroldo Pederneiras, Diretor de Obras Públicas, que mais uma vez ressaltou todos os pontos analisados até aqui e a preocupação de Adolpho Konder em “*ir ao encontro dos justos anseios da população barriga-verde, que há muito clamava contra a situação desumana e aviltante dos infelizes alienados e desgraçados condenados atirados sem o menor conforto, em prisões infectas, em detrimento da nossa cultura e do nosso progresso*”³⁹. Como se pode notar, os termos utilizados para “categorizar” os detentos são sempre em sentido negativo, ou seja, como se apenas as atitudes daqueles grupos elitistas em criar instituições modernas pudesse “salvar” aquela parte da sociedade; a própria ideia de delinquência ganha contornos

³⁹Jornal **República**. Inauguração da Penitenciária – O discurso do dr. Haroldo Pederneiras. Florianópolis, quarta-feira 24 de setembro de 1930. Página 2.

maiores durante este processo, ou seja, esses discursos acabam consolidando ainda mais a ideia de que ser delinquente está diretamente ligado à condição tanto social quanto racial.

A partir deste momento, estava oficialmente inaugurada a Penitenciária da Pedra Grande, o único complexo penitenciário do Estado que receberia detentos vindos de toda Santa Catarina, colocando a Capital no centro das atenções não só em relação aos aparatos institucionais, mas também na configuração do crescimento da cidade, que irá acontecer gradualmente conforme a expulsão das classes pobres para os morros ao seu redor e, no processo de desenvolvimento urbano dos anos seguintes com a vinda de famílias de outras partes do Estado:

Neste processo, merece destaque a migração praticada por mulheres, filhas e filhos residentes em outras localidades de Santa Catarina que procuravam permanecer próximos de seus maridos, amásios ou pais detidos por um longo período na Penitenciária da Pedra Grande, inaugurada em 1930 e localizada junto ao maciço central, mas no lado oposto ao Centro da cidade. (LOHN; AREND; 2013, p. 45)

As cadeias públicas passariam a funcionar como presídios, onde os detentos ficariam ocupando uma vaga provisória⁴⁰ até o julgamento e, caso condenados, passariam a cumprir suas penas na Penitenciária.

A situação política no país passaria por mudanças significativas com a Revolução de 1930, que acontecera no mês de outubro, demarcando oficialmente o fim da chamada “República Velha” e o início da “Era Vargas” (1930-1945).

[...] é importante notar que esta mobilização, em Santa Catarina, deslocou da primazia do poder político estadual o Partido Republicano Catarinense, criando assim condições para que, após os primeiros momentos de incerteza (nos quais se sucederam diversos interventores na direção do Estado), uma facção da família Ramos ascendesse à chefia do governo. (FALCÃO, 2000, p. 126)

Há uma nova configuração político-ideológica, que acontecerá paulatinamente e só ganhará uma estruturação no período do Estado Novo (1937-1945), momento extremamente importante para pensarmos não só a nova política do país, mas como esta tratava os espaços de privação de liberdade, que irão compor o programa de obras assistencialistas - e que em

⁴⁰Essa é uma configuração adotada até os dias atuais no modelo carcerário brasileiro. Além disso, com o crescimento da população carcerária e a superlotação das penitenciárias, esses espaços acabam servindo como uma espécie de “triagem” dos condenados.

Santa Catarina serão coordenadas pelo então nomeado Interventor Federal Nereu Ramos – e as classes pobres.

Nos anos 20, a questão social vinha sendo tratada como caso de polícia e tornavam-se comuns para a sociedade brasileira os conflitos travados entre marginalizados e a lei. O Estado Novo encerraria a revolução iniciada em 1930 e se apresentaria como solução para o país naquele momento (Lenharo, 1989). Com isto, um novo conceito de trabalho e trabalhador se formava, o terreno cultural vinha sendo preparado através do culto de imagens e símbolos facilitando a penetração da política. O projeto político do Estado Novo visava criar uma identidade societária homogênea, tentando cessar as tensões da luta de classes e golpear as formas livres de organização da classe operária. Tratava-se de delimitar outro perfil para a identidade do trabalhador brasileiro e controlar a sociedade de modo geral. De chefe que conduz a multidão, a figura de Vargas foi sendo construída como prolongamento da figura paterna, delimitando uma espécie de onipresença física e simbólica perante a sociedade.

Para perceber esta prática em Florianópolis, porém, é necessário atentar para a trajetória da Penitenciária nos seus primeiros anos de funcionamento, que corresponde ao período de 1931-1935, com uma situação política complicada como pano de fundo na capital catarinense.

2.3 UM JOGO DE INTERESSES: OS PRIMEIROS ANOS DA PENITENCIÁRIA

Com todas as mudanças acontecendo no país em função da Revolução de 1930, a política estadual começa a sentir também seus efeitos. Um novo grupo político alcançara uma posição de destaque, tecendo uma oposição junto da Aliança Liberal aos que se mantiveram no poder até então – principalmente a família Konder - reunindo-se em torno da família Ramos (Arend, 2011). Com isto, nos meses que sucederam, houve uma série de crises, expressando a fragilidade dos grupos políticos catarinenses (Correa, 1984). Neste momento, as reformas, as instituições e o controle social passaram a ficar em segundo plano, onde o momento refletia um jogo de forças políticas que estavam sendo travadas tanto no âmbito estadual quanto nacional.

Com este clima político desestruturado, a Penitenciária foi utilizada de forma contrária ao discurso que a colocou numa espécie de “pedestal” até o momento de sua inauguração. Logo no final do ano de 1930, antes mesmo de completar dois meses de funcionamento, houve a primeira troca na diretoria, algo que será recorrente até 1935. Este fato foi noticiado, também, nas páginas do jornal *República*:



Figura 5 Posse do novo Diretor. Florianópolis, terça-feira 18 de novembro de 1930. Fonte: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Foram cinco diretores em quatro anos⁴¹. Donato Mello foi diretor entre 1930 e 1931, sucedido por Euclides de Queiroz Mesquita que permaneceu até 1932 e fora substituído por Cleto Barreto, ocupando o cargo até 1934. No período entre a saída deste último e a posse do novo diretor, assumiu o cargo provisoriamente Antônio de Pádua Pereira, funcionário da Penitenciária como chefe da Secção Penal. Destes, como aponta Miranda (1998), apenas Donato Mello e Euclides de Queiroz Mesquita possuíam formação para ocupar o cargo. Em 1935 fora nomeado Edelvito Campelo D'Araújo, um nome importante que ajudaria na reestruturação da Penitenciária a partir da segunda metade da década de 1930. Alguns destes nomes apareceriam posteriormente em outros cargos relacionados à Penitenciária, como membros do Conselho Penitenciário, por exemplo.

⁴¹ Foi possível perceber essa mudança analisando os documentos oficiais relacionados à Penitenciária, que se encontram no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. São ofícios, atas, relatórios, que mostram a fragilidade no corpo administrativo nesses primeiros anos.

Para as figuras públicas que transitavam no corpo administrativo da Penitenciária, os cargos importantes ali dentro acabavam tornando-se uma maneira de visualização na política estadual, atuando na Assembleia Legislativa, nos partidos de maior visibilidade ou até mesmo em outros cargos administrativos. É importante perceber que o trabalho na Penitenciária passa a ser neste período um meio de galgar cargos e a instituição funcionava de acordo com os propósitos da administração, sem pôr efetivamente em prática o discurso de regime humanitário, pensando na ressocialização do detento e preocupando-se com aquela ideia moderna de penitenciária. A própria estrutura e o modelo seguido já apresentavam falhas desde o início e os detentos eram vistos como um problema para a administração pública. Utilizada como depósito de indesejáveis, a instituição acabava sendo um sinônimo da indiferença real que existia entre Estado e população carcerária.

Outro fator - que deixava a situação dos internos ali recolhidos no início da década de 1930 ainda mais complicada -, vinha dos desmandos do Conselho Penitenciário⁴², que não exercia suas funções de acordo com o que se pretendia, ou seja, não havia preocupação com o comportamento do detento dentro da instituição, obediência às funções e cumprimento da pena; o que importava, para aqueles homens públicos, era somente o crime cometido e sua gravidade, caracterizando desta maneira, segundo Miranda (1998) um tipo de “vingança social”.

Além de todo o discurso sobre delinquência que circulava em diversos meios desde o início do século XX, novas considerações sobre o tema ganharam ressonância, buscando uma forma de caracterizar o criminoso. Como afirma Luis Ferla (2005), a Escola Positiva surge com um discurso médico-científico patologizando o “antissocial”, onde delinquência está igualmente colocada como doença e a prática criminosa seria uma ruptura com o contrato social, da relação com a sociedade. Segundo as concepções da Escola Positiva, o indivíduo teria uma predisposição biológica para o crime que poderia ser potencializada pelo ambiente – relações sociais, experiências de vida. Sendo assim, era preciso conhecê-lo e identificar em sua personalidade essa “predisposição”, a tempo de prescrever um tratamento adequado.

Algumas dessas concepções vão ser ressignificadas e incluídas nos regimes penitenciários por todo o país. Ligado à ideia de regeneração por meio do trabalho, o discurso

⁴²Atualmente, a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania o descreve da seguinte maneira: “O Conselho Penitenciário, órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena, constituindo-se numa verdadeira ”ponte” entre o poder Executivo e o Poder Judiciário no que tange a essa matéria. Como órgão técnico, cabe-lhe zelar, com os meios que lhe são próprios e dentro das atribuições específicas que a lei lhe confere, pelos altos interesses da justiça e, ao mesmo tempo, pelos interesses e direitos dos condenados, presos ou egressos. Sua missão é opinar nos casos a ele encaminhados sobre a concessão de benefícios e, em termos gerais, cuidar para que na execução da pena e da medida de segurança sejam observadas as normas gerais e supletivas pertinentes.”. Ver mais em: <http://www.sjc.sc.gov.br/>.

médico-científico também pauta sua ideia na busca de uma recuperação da utilidade social do condenado. Isso acontece em grande parte com o advento da industrialização e o constante controle sobre os trabalhadores, onde as instituições totais têm a função de normalizar os indivíduos (Ferla, 2005).

2.4 A INTERVENTORIA FEDERAL E O REGIME PENITENCIÁRIO

Projetada e construída no antigo governo, a Penitenciária passaria a ser integrada no discurso oficial do novo regime após a Revolução de 1930 e tornava-se parte do projeto nacional que vinha sendo pensado pelos “reformadores” que ascendiam ao poder naquele momento. Desta forma, o sistema surge precisando de reforma no que diz respeito à implantação do modelo de regime penitenciário. Isso só irá ocorrer, no entanto, após Nereu Ramos ser imposto como Interventor de Santa Catarina em 1937. Com o seu apoio à Revolução e sendo figura política importante no Estado, Santa Catarina acabaria ganhando projeção nacional, adquirindo uma quantia maior em recursos federais para os projetos estaduais (Pinto, 2004).

Anterior a isso as atenções estavam concentradas na nova forma de governo dos estados brasileiros e, em Santa Catarina, foi motivo de brigas políticas e descontentamento. Os ânimos dos políticos e das elites conservadoras oriundas da República Velha não estavam “acalmados” com a situação. Os catarinenses não estavam satisfeitos em ter no controle do Estado um interventor gaúcho da confiança de Getúlio Vargas. Com a ascensão ao poder, Vargas dissolveu o Congresso Nacional, nomeou interventores estaduais e municipais e extinguiu as câmaras legislativas, além de ter voltado atenções especiais à questão da Segurança Nacional.

Nos anos pós-Revolução, passaram pela Interventoria Federal em Santa Catarina cinco homens: General Ptolomeu de Assis Brasil (1930-1932), o também gaúcho Major Rui Zobarán (1932-1933), o advogado catarinense Manoel Pedro da Silveira, que foi Interventor interino até 1933 e sucedido pelo político catarinense Aristiliano Ramos (1933-1935) e, o advogado e político catarinense Nereu Ramos, eleito governador em 1935 e nomeado Interventor em 1937, permanecendo neste cargo até 1945 – fim do Estado Novo.

No dia 01 de agosto de 1931 o General Ptolomeu de Assis Brasil, Interventor Federal no Estado nomeado pós-30, dá regulamento ao decreto nº 146 que reorganiza o regime penitenciário no Estado de Santa Catarina, caracterizando, assim, mais um momento de mudanças no sistema carcerário que acabara de se instalar.

A introdução da criminologia no país buscava compreender as transformações da sociedade, métodos de controle da população e formas inovadoras de tratamento jurídico-penal (Cancelli, 2014). Haverá, a partir deste momento, uma intensificação nas formas de proteção estatal com cuidados específicos no controle de populações indesejáveis – incluindo os estrangeiros -, além de todo um reforço policial para conter os principais agentes do crime – lê-se pobres e iletrados.

Após 1930, não só pela legislação, mas em virtude do próprio caráter do Estado que se instalara, tratou-se de transformar as várias prisões e penitenciárias em um sistema. Antes disso, eram os estados que regulamentavam os serviços prisionais e as funções de execuções penais eram basicamente administrativas. (CANCELLI, 2014, p. 23)

Com todos os problemas políticos estaduais e o uso dos cargos administrativos da Penitenciária como trampolim político, o regime penitenciário passaria a ser cumprido dentro do que fosse possível sem maiores comprometimentos, além das dificuldades que foram aparecendo logo após a inauguração da instituição, situação semelhante em outras penitenciárias do país.

Segundo Cancelli (2005) no Brasil dos anos 1920, 1930 e 1940 apareciam nos registros oficiais que apenas detentos condenados estariam ocupando as prisões, o que poderia ser considerado um número pequeno. Porém, os problemas de ocupação espacial já eram recorrentes, causando, segundo a autora, uma perda da referência de civilidade entre os detentos. O complexo do Carandiru, uma das principais penitenciárias da época inaugurada em 1920 e servindo de modelo para tantas outras, apresentava também algumas falhas em seu tão referenciado modelo, que já seguia as diretrizes da reforma no Código Penal de 1890:

Havia importantes inovações introduzidas pelo novo Código: a prisão celular com isolamento era para o primeiro período da pena, nunca superior a dois anos, com trabalho em comum e silêncio durante o dia e segregação noturna nos períodos subsequentes, adaptando o sistema Filadélfia e Auburn ao sistema Irlandês ou Progressivo com três estágios penais. Estabeleceu-se também o livramento condicional para os que, tendo cumprido metade da pena, prescrevessem bom comportamento e fossem considerados passíveis de livramento. (CANCELLI, 2005, p. 151)

Na Penitenciária de Florianópolis em pouco tempo a questão do espaço e o número de funcionários passaria a ser insuficiente. Em uma instituição estadual que logo receberia mais detentos, este passou a ser um problema para as demandas da Penitenciária. Os problemas estruturais, como a falta de grades do lado de fora e muros ao redor, por exemplo, tornavam

ainda mais complicados os turnos de monitoramento dos detentos, algo que 10 vigilantes – como designava o regulamento - não davam conta de fazer. Além disso, os outros cargos também contavam com números insuficientes nas devidas funções.

Com o passar dos primeiros anos, a administração começa a perceber esses empecilhos para o bom funcionamento da instituição. Em ofícios e documentação da Penitenciária é possível encontrar diversos pedidos enviados para a Secretaria de Segurança e Obras Públicas ou à Secretaria do Interior e Justiça de novos vigilantes, melhoramentos na estrutura, material para as oficinas, entre outras coisas. Mas, como a direção estava em constante mudança, não havia alguém que organizasse e distribuísse melhor as funções no interior da instituição, ou ainda mais, que preconizasse uma reforma. O único funcionário que permanece durante todas as trocas na direção é o Chefe da Secção Penal, Antônio de Pádua Pereira e, no dia 18 de junho de 1934, é ele que envia um novo ofício à Secretaria do Interior e Justiça relatando os problemas da Penitenciária e a fragilidade da segurança:

Exmo. Sr. Dr. Secretario.

Esta Diretoria, em ofício datado de 2 de maio do corrente ano, solicitou ao Comando da Força Pública um reforço para o destacamento militar desta Penitenciaria e, até a presente data, nenhuma providencia foi tomada a respeito.

O destacamento que aqui serve desde 1931, é composto de um sargento e 15 praças, numero insuficiente para atender as necessidades do serviço. Este ano foram criados o manicomio e a cadeia pública anexo a esta Penitenciaria, e aumentou, de modo imprevisto, o numero carcerario deste estabelecimento. Ultimamente, em virtude da superpopulação presidiaria, a enfermaria da casa e uma das salas de oficina, foram transformadas em presidio, onde dormem, em comum, 14 sentenciados. Estão recolhidos ao manicomio 12 dementes e a cadeia publica 4 correccionais, 3 pronunciados e 3 sentenciados, que, com mais 81 condenados recolhidos aos cubículos da Penitenciaria perfazem o total de 117 presidiarios.

A maior parte destes presos são condenados por crimes de homicídio e é grande o numero dos que estão sentenciados a mais de 20 anos de prisão, havendo mesmo, entre eles, autores de inumeros crimes. Poderá V. Excia. avaliar a responsabilidade desta Diretoria, que vem lutando com grandes dificuldades, em virtude da deficiencia da guarda encarregada do serviço de policiamento.

Se somente hoje dirijo-me a V. Excia. neste sentido é porque aguardava a chegada do Sr. Diretor desta Repartição, que se acha ausente em goso de licença.

Acontece porem que, recaem sobre a minha pessoa as responsabilidades referentes á segurança e boa ordem desta casa e, ignorando o processo da licença que lhe foi concedida, julguei de urgente necessidade solicitar a V. Excia. uma providencia, capaz de solucionar o presente caso, uma vez que o Comando da Força Pública, nem siquer se dignou responder o ofício desta Diretoria.

Reitero a V. Excia. os protestos de estima e consideração.

Antônio de Pádua Pereira
Chefe da Secção Penal, respondendo pelo expediente.

Ao Exmo. Sr. Dr. Placido Olimpio de Oliveira,
D.D. Secretario do Interior e Justiça⁴³.

Uma instituição recém-inaugurada que apresentava tantos problemas organizacionais não seria capaz de manter seu discurso “humanitário”, aquele que preconizava a devolução para a sociedade de um cidadão regenerado – como se o ato de cometer um crime estivesse enraizado no sujeito desde o seu nascimento – e pronto para o trabalho, que, como discurso republicano e mais tarde lema do Estado Novo, será o único meio para que aqueles homens e mulheres alcançassem uma vida digna. A questão penitenciária no Brasil tornava-se cada vez mais complexa e, segundo Salla (1999), isso decorria de uma herança social, política e administrativa muito específica e própria das ideias e valores sociais que vicejavam entre os grupos que exerciam o poder político e econômico no país.

⁴³ **APESC**. Ofício enviado pelo chefe da Secção Penal, no dia 18 de junho de 1934, ao Secretario do Interior e Justiça.

3 POR TRÁS DOS MUROS: TRABALHO, REGENERAÇÃO E MORAL

“Ela se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza.”

(Vigiar e Punir – Michel Foucault)

Desde sua origem a prisão está ligada à pretensão de transformar indivíduos. A questão “penitenciária” surge, segundo Foucault, a partir do momento em que os corpos não mais serão os alvos da repressão pura e simples. Entre os séculos XVIII e XIX o suplício, que até então servia como meio de punição, deixa de ser um espetáculo e “tudo o que pudesse implicar de espetáculo desde então terá um cunho negativo” (1987, p. 12). Sua investigação sobre a estrutura das instituições judiciais e penitenciárias e como essas instituições passaram a adotar o modelo de “recuperação social” do indivíduo será de grande contribuição para compreendermos a dinâmica penal exercida na Penitenciária de Florianópolis.

De depósito de criminosos, após sua reforma, a instituição passará ao discurso de transformação dos sujeitos, com vistas a agir com precisão sobre estes. De acordo com Thiesen (2004), o espaço prisional já configura em si mesmo um lugar de segregação. O espaço da cidade é observado e seu tempo é distribuído com vistas à normalização, produzindo controle e vigilância do corpo social. Com a inauguração do discurso médico-científico, a medicina se alia à justiça para disciplinar a sociedade, gerando um forte apelo por medidas punitivas e imediatas.

A partir deste momento, também, as disciplinas tornam-se formas de dominação; cada vez mais surgirão regulamentos, inspeções e controle de parcelas da vida e do corpo. Estas disciplinas criaram espaços complexos: arquiteturais, funcionais e hierárquicos, com vistas a garantir a obediência dos indivíduos. O Código brasileiro de 1890 apresentou novas modalidades de prisão, limitando-se às penas restritivas de liberdade individual.

A pena sob qualquer tipo de crime ou delito é uma instituição antiga, utilizada em todas as sociedades nos diversos momentos históricos. O princípio da prisão como pena surge durante a decadência do sistema feudal quando se dá a migração campo-cidade: com o aumento de um cenário de miséria há o aumento da criminalidade e, com isso, a construção das primeiras prisões (Lima, 2010). Os sistemas prisionais vão surgindo ao longo das décadas, alternando formas de vigilância e controle, surgem simultaneamente o Panóptico (1800) e o

da Filadélfia (1790), de Auburn (1821), o Progressivo Irlandês (1835) e o Progressivo Inglês (1846), sendo que estes dois últimos, aliados, configuram o sistema adotado no Brasil pelo Código Penal de 1890⁴⁴.

Mesmo com todos os problemas enfrentados nos primeiros anos de existência da Penitenciária de Florianópolis, o regime disciplinar foi regulamentado e colocado em prática - de forma truncada e com limitações -, como discutido no capítulo anterior. O regulamento estabelecido em 1931⁴⁵ destinou sua primeira parte à instituição e seus fins, dividida em dois capítulos. Na segunda parte, dividida em nove capítulos, o documento trata da organização da instituição, atribuições dos funcionários, entrada e saída dos internos da Penitenciária, o que cabe ou não ao condenado, o regime de atividades e o funcionamento da escola.

Além disso, o regulamento apresenta a influência do modelo moderno de prisão, pensado para que o detento refletisse a respeito do crime que havia cometido durante a noite, isolado em uma única cela, e trabalhasse durante o dia em silêncio e sem manter contato direto com outros detentos.

O mundo do trabalho na instituição começa a ser delineado já desde o momento da regulamentação do regime. A rotina dos detentos submetidos à Penitenciária deveria ser rigorosa, de acordo com o que estava regulamentado. Conforme ofício interno datado de 22 de agosto de 1932:

⁴⁴ De acordo com Lima: “Em 1846, registra-se o aparecimento do Sistema Progressivo Inglês (Austrália), apresentando três etapas para o cumprimento da pena: a) período da prova, isolamento completo, b) período com isolamento noturno e trabalho durante o dia, em silêncio rigoroso, c) período da comunidade, com liberdade condicional. Em 1835, é implantado o Sistema Progressivo Irlandês, acrescentando mais um período ao anterior: preparação do recluso à vida livre, em prisões intermediárias [...]” (2010, p. 2).

⁴⁵ APESC. Regulamento que reorganiza o regime penitenciário no Estado de Santa Catarina, 01 de Agosto de 1931.

Fica estabelecido, para os diversos serviços da casa, o horário seguinte:

6 horas da manhã.....	alvorada
7 horas " "	café
7 1/2 " "	oficinas
11 horas " "	recreio
12 horas	almoço
1 1/2 hora	oficinas
4 horas	café
5 horas	recolhimento
7 horas	café
8 horas	recolhimento geral
9 horas	silêncio
Quartas-feiras e sábados: banhos obrigatórios	
Visitas - domingos, das 8 às 11 horas.	

Figura 6 Ofícios da Penitenciária. Florianópolis, 22 de agosto de 1932. Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Com horários exatos marcados para o início e término de cada atividade, era um regime que se pretendia disciplinar. Segundo Foucault (1979) há dois tipos de discursos: os que são *formulados* sobre a prisão e os que *vêm* da prisão; regulamentos, decisões e mecanismos de atividade fazem parte deste último, que garantem estratégias para o bom funcionamento da instituição: “a vida é então repartida de acordo com um horário absolutamente estrito, sob uma vigilância ininterrupta: cada instante do dia é destinado a alguma coisa, prescreve-se um tipo de atividade e implica obrigações e proibições;” (1987, p. 102).

A reforma penitenciária, partindo dos EUA, desenvolveu-se nas primeiras décadas do século XIX, com discussões sobre novas técnicas e procedimentos punitivos, pautada na necessidade de outra racionalidade punitiva: não tirar a vida, beneficiar-se dela. Segundo

Cesar (2013), na América Latina poucos complexos fabris de grande importância surgiram no processo de industrialização, classificando o surgimento das penitenciárias latino-americanas como resultado não deste processo industrial, não simultâneo e não homogêneo, mas sim da ideia de modernização, potencializando a exclusão social por via da categorização de classes. Utilizadas como observatórios, as novas prisões atuaram como laboratórios que facilitavam as explicações científicas sobre os problemas sociais.

O que vimos até aqui, no entanto, foi que mesmo com um regulamento planejado pelos novos governantes pós-revolução de 1930, dentro do que se pretendia para o novo governo, a Penitenciária de Florianópolis funcionou à revelia, sem aplicar as leis vigentes e o regime de forma integral.

A partir da segunda metade da década de 1930, a instituição passa a receber maiores investimentos e isto se dá em função de dois fatores primordiais: a mudança na direção e a eleição de Nereu Ramos como governador de Santa Catarina.

No dia 14 de abril de 1936 assume a direção da Penitenciária Edelvito Campelo D'Araújo⁴⁶, jurista baiano influenciado por sua formação na Escola Positiva de Direito, que já exercia funções administrativas em outras localidades de Santa Catarina. Sua direção será apontada como atenta aos problemas estruturais enfrentados – considerados empecilhos à implantação efetiva do regime – e a mais dedicada a realizar as mudanças consideradas necessárias (Miranda, 1998; Rebelo; Caponi, 2007). Além disso, o governo de Nereu Ramos priorizou a Penitenciária e direcionou investimentos para a remodelação do prédio, visto a insatisfação das autoridades estaduais frente aos rumos tomados pela instituição.

A situação problemática era generalizada: detentos comuns misturavam-se a mulheres, alienados e menores, a aplicação das leis e das penas não vinha sendo cumprida de forma concreta, o corpo de funcionários era menor do que o necessário e a estrutura - considerada uma das mais modernas no início dos anos 1930 - já não supria as demandas da instituição.

Essa situação começa a mudar a partir de 1936, quando o novo diretor realiza um estudo detalhado sobre todos os problemas da Penitenciária a pedido do governo do Estado, que vai tratar de apresentar as condições em Mensagem à Assembleia Legislativa, com evidência para alguns trechos:

⁴⁶ Algumas informações são convergentes a respeito da entrada de Edelvito na direção da Penitenciária. Ao que tudo indica, segundo análise dos documentos, é que sua chegada na instituição foi em meados de 1935, mas a posse como Diretor se deu apenas em 1936.

Construída para 80 sentenciados, lá existem atualmente 135.

Das comarcas, a falta de cadeias seguras, vêm frequentemente, enviados pelas autoridades judiciais e policiais, presos ainda não definitivamente condenados.

Essa irregularidade ainda agrava mais a situação do estabelecimento, já superlotado.

Considerando essas circunstâncias todas, resolveu o governo aumentar o edifício, corrigindo-lhe ao mesmo tempo os defeitos que a experiência lhe apontou⁴⁷.

A partir deste momento, algumas mudanças começam a ser realizadas na estrutura da instituição, de modo a tentar corrigir os problemas mais graves. Com o advento do Estado Novo, em 1937, há um aumento na preocupação com os aparelhos de controle e repressão, com maiores investimentos por parte do governo federal em instituições assistencialistas e carcerárias⁴⁸, principalmente em função do caráter autoritário do regime e a introdução do princípio da segurança nacional, além de discussões em torno da reformulação do Código Penal⁴⁹ (Miranda, 1998). Em Santa Catarina, o governador torna-se um facilitador da comunicação entre os âmbitos nacional e estadual – principalmente por ter sido favorável à revolução.

A revolução de 1930 foi tomada como marco para a legitimação narrativa do Estado construído a partir de 1937, ou seja, segundo Gomes (1988), o reforço por um diagnóstico sobre o passado político do país e a experiência da Primeira República deram origem ao processo revolucionário que resultaria no Estado Novo, ou como afirma D’Araújo (2000), a consolidação de um processo de fechamento e repressão que vinha sendo construído lentamente. De tal maneira, o novo regime apresentava como marca o reconhecimento da questão social, um Estado inovador, o rompimento com o passado político e um governo que se fazia para o povo e não para seus representantes. A ausência de partido tornava Getúlio Vargas muito mais do que um chefe político e sim símbolo de poder (Gomes, 1988; D’Araújo, 2000).

⁴⁷ **APESC.** Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em 16 de julho de 1936, pelo Governador Nereu de Oliveira Ramos, p. 35.

⁴⁸ Em Santa Catarina, segundo Rebelo e Caponi: “Assim, junto com o Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo (1910) e o Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim (1910), surgiram a Penitenciária Pedra Grande (1930), a Colônia Santana (1942), para os loucos, o Leprosário Santa Tereza (1938) e o Abrigo de Menores da Congregação dos Maristas (1940), instituições que funcionariam como agentes de poder e, em certos casos, de constituição de saberes experimentais e observacionais” (2007, p. 1218).

⁴⁹ Neste momento vigorava o Código Penal de 1890, formulado pelos governantes da República Velha. A reformulação só acontecerá em dezembro de 1940, ainda no período do Estado Novo.

O trabalho e os trabalhadores tornaram-se alvos diretos do Estado e a questão social vinha sendo tratada como questão política, ou seja, só seria resolvida com a intervenção estatal. No discurso do Estado Novo, o trabalho deveria ser central na vida do homem e não apenas um meio de ganhar a vida. Para Ângela de Castro Gomes (1988), era necessário “assumir a personalidade de trabalhador” para realizar-se como pessoa e afiar as relações com o Estado:

Este modelo de Estado intervencionista precisava reconhecer o indivíduo, tanto em sua feição econômica, traduzida na iniciativa privada capitalista, quanto em uma nova dimensão política, traduzida pela explicitação de seu ideal de justiça social. (GOMES, 1988, p. 222)

Há a constituição de um novo protagonista social: o povo, até então excluído, tornava-se um corpo político hierarquizado pelo trabalho, na análise de Foucault “é o corpo da sociedade que se torna, no decorrer do século XIX, o novo princípio. É este corpo que será preciso proteger [...]” (1979, p. 145).

A Nação, segundo Lenharo (1989), representaria um corpo uno e indivisível, no qual o Estado aparece como órgão fundamental. Um corpo tecnicamente integrado: o território nacional dava o contorno necessário a um corpo que crescia, enquanto as classes sociais seriam as camadas de um organismo que funcionaria homogeneamente, sem conflitos. O governante, na pessoa de Getúlio Vargas, surge então como a cabeça dirigente desse corpo.

Neste momento, “o corpo” encontrava-se em posição de destaque. Repensar e alterar a sociedade passava pelo trato do corpo, imprescindível para alcançar a integridade de ser humano, “a saber: a moralização do corpo pelo exercício físico; o aprimoramento eugênico incorporado à raça; a ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho” (LENHARO, 1989, p. 77-78). Estes três elementos configuravam os principais métodos de intervenção na sociedade através do corpo, onde a docilização destes e a identificação com a organização militar tornavam-se fundamentais para transformar o trabalhador num “soldado do trabalho”. Com estas características, o Estado Novo vinha firmando bases diante das classes pobres e dos trabalhadores. O discurso moral é incorporado neste momento, também nas penitenciárias, onde a máxima da regeneração será extremamente reforçada através do trabalho.

O trabalho tornara-se o fio condutor de todo um discurso moralizador reforçado no pós-37. Dentro da Penitenciária de Florianópolis será utilizado como modelo de regeneração, onde vários elementos do cotidiano no interior da instituição refletem este discurso. Além

disso, muito do que se vê no cotidiano dos trabalhadores no exterior da Penitenciária poderá ser relacionado, posteriormente, com o que se pretende para os detentos recolhidos a ela.

3.1 O TRABALHO COMO “MÁXIMA” DO NOVO REGIME

Em outra Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa, agora no ano de 1937, é possível perceber as primeiras atitudes do governo em relação à instituição, com destaque para os seguintes trechos:

Corrigidas faltas e eliminados vícios que se vinham inveterando, entrou a Penitenciária em fase de verdadeira transformação, tanto na parte administrativa, como na parte penal.

Os sentenciados iniciaram o cumprimento das penas em forma legal.

Começou também de ser constituído o pecúlio de reserva dos sentenciados, o qual é recolhido a Caixa Econômica. Nada menos de 93 cadernetas com depósito total superior a seis contos de réis já foram expedidas por aquela repartição federal⁵⁰.

Após quase sete anos de funcionamento, esta é a primeira documentação produzida pelos órgãos estaduais que remete ao funcionamento da Penitenciária de forma legal: com aplicação devida das penas, implementação de reformas - tanto estrutural quanto administrativa - e também, a primeira atitude que demonstrará a preocupação com os direitos do detento em relação ao trabalho: o pecúlio; este mecanismo será aplicado como incentivo à reinserção social e adaptação ao mundo do trabalho quando o indivíduo fosse posto em liberdade.

[...] o trabalho penal não é o aprendizado deste ou daquele ofício, mas o aprendizado da própria virtude do trabalho. Trabalhar sem objetivo, trabalhar por trabalhar, deveria dar aos indivíduos a forma ideal do trabalhador. (FOUCAULT, 1979, p. 133)

A virtude do trabalho: esta será a máxima no momento de transformação do cotidiano penal no interior da Penitenciária e também em seu exterior. No trecho acima, Foucault deixa claro que muito mais do que aprender uma função, no interior de uma instituição penitenciária, os detentos deveriam acostumar-se ao cotidiano dos trabalhadores, moldar a

⁵⁰ APESC. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em 16 de julho de 1937, pelo Governador Nereu Ramos, p. 68.

rotina e “adestrar” os corpos para o trabalho, operacionalizando funções e práticas. Desde o momento em que surgem, serão baseadas em mecanismos disciplinares – e a disciplina necessária da época será o trabalho. O corpo passa a ser visto como força produtiva útil à sociedade, sendo assim, a pena será voltada para a alma do condenado e não mais ao seu corpo – mesmo que ainda permaneçam algumas formas de castigo.

No Brasil todos os detentos têm direito ao trabalho e sua remuneração, mas apenas a minoria tem oportunidade de emprego. O cotidiano do trabalho no interior das instituições carcerárias baseia-se em um esquema que neutraliza os detentos, pois não são ensinados ofícios utilitários para a reinserção, são monótonos e repetitivos, além de ser aconselhado apenas aos detentos que apresentam bom comportamento (Zackseski, 2001). Além disso, outro elemento que centraliza a dificuldade na vivência no espaço penitenciário e nas oportunidades fora dele é a educação. Sabe-se que desde o início do século a educação escolar no sistema penitenciário brasileiro apresenta inúmeras deficiências. É implementada de acordo com os governos estaduais, que a organiza de maneira autônoma, a mercê de seus interesses, sem regras ou parâmetros nacionais (Graciano; Schilling, 2008).

3.1.1 O COTIDIANO E O TRABALHO NO INTERIOR DA PENITENCIÁRIA

No momento da chegada do detento à Penitenciária, este deveria estar acompanhado de uma guia, a qual deveria conter informações básicas sobre o sujeito e sua pena. Essa guia seria anexada ao prontuário⁵¹, documento que contém todas as informações necessárias sobre o detento e seu histórico na instituição. O regulamento estabelecia que:

Art. 26 – Todos os sentenciados serão removidos para a Penitenciária com guias contendo:

- a) nome, sobre-nome do condenado e seu apelido.
- b) sua naturalidade.
- c) sua filiação.
- d) sua idade.
- e) seu estado.
- f) sua profissão, ou modo de vida, instrução, lugar de residência, estatura e signaes que possa physicamente distinguir-se.
- g) Tempo em que deve terminar a pena.
- h) Teor da sentença condemnatoria.
- i) Outras declarações que as circunstancias exigirem.⁵²

⁵¹ Neste trabalho não foram utilizados prontuários. Há outro trabalho que contempla a Penitenciária de Florianópolis e que vai ter como fonte principal os prontuários. Ver: CASSETTARI, Fernanda Biava. **Os menores atrás dos grandes muros: Penitenciária da Pedra Grande (1931-1939)**. 92 fls. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2014.

⁵² APESC. Regulamento que reorganiza o regime penitenciário no Estado de Santa Catarina, 01 de Agosto de 1931. TÍTULO II – Capítulo IV Entrada na Penitenciária, p.

Estas informações ajudariam no trabalho posterior de identificação dos detentos, realizadas pelo Dr. Edelvito⁵³. A sentença criminal, de acordo com o regulamento instituído em 1931, deveria ser aplicada da seguinte maneira:

Art. 33 – A execução da sentença criminal é feita nos termos do art. 26 em períodos sucessivos a saber:

- a) O primeiro período... de preparação do condenado
- b) O segundo período... de Trabalho industrial
- c) O terceiro período... de Trabalho agrícola
- d) O quarto período... de Trabalho em liberdade condicional.

§ 1º - O período de preparação do condenado é de isolamento celular nocturno e diurno.

§ 2º - O período de trabalho industrial é o de isolamento celular à noite e communhão durante o dia, guardado o silencio necessário à disciplina.

§ 3º - O período de trabalho agrícola é o de communhão diária nas culturas, cessando, quando possível for o isolamento nocturno, neste período o condenado é chamado e conhecido por seu próprio nome.

§ 4º - O período de liberdade condicional é subordinado às prescrições deste Regulamento, art. 3º⁵⁴.

De acordo com Foucault (1987), o corpo está na posição de instrumento, qualquer intervenção visa privar o indivíduo de sua liberdade, o que lhe seria de direito. Com as crises no modelo de punição, durante o século XVIII, o castigo passa a ter a "humanidade" como "medida"; surge, a partir daí, a detenção com fim corretivo.

Tratar do poder é não se deter em características que lhe seriam naturais, mas tentar apresenta-lo como uma relação que depende de referências históricas e culturais. Produção é a ordem do poder: sua anatomia faz com que apareça como poder produtor, “é assim que o homem é produzido pelo poder, ele é fabricado, ocupado, mobilizado segundo a especificidade de suas técnicas e instrumentos” (MATOS, 1984, p. 42). A eficácia do poder está em prescindir da força para obrigar um condenado a um bom comportamento.

Como se pode visualizar na figura 6 (apresentada anteriormente), o regime diário era baseado em horários e funções bem delimitados, com espaços para recolhimento individual – momento que o detento utilizaria para descanso e reflexão.

A prisão se apresenta fundamentada em dois elementos principais: privação da liberdade e aparelho modelador de indivíduos à ordem social vigente. A pena “prisão”

⁵³ Em função da má administração inicial e todos os problemas já mencionados, os prontuários da década de 1930 costumavam ficar incompletos, dificultando o aprofundamento de estudos sobre os sujeitos e crimes cometidos (se tomarmos como princípio essa documentação).

⁵⁴ APESC. Regulamento que reorganiza o regime penitenciário no Estado de Santa Catarina, 01 de Agosto de 1931. TÍTULO II – Capítulo VII Do regimen Penitenciário, p. 25.

sobreviveu como alternativa eficaz para punir aqueles que romperam com o pacto social e a privação de liberdade surge impulsionada pelo novo modelo de produção, agindo de maneira transformadora na relação entre os indivíduos. O discurso médico-científico, a insegurança difundida pelos meios de comunicação e a constituição do povo como sujeito moral levou o Estado a intervir de forma dura contra a população pobre, distanciando a delinquência, além de motivar a outra parcela da população – não considerada um problema – a pedir mudanças nas leis e endurecimento das penas (Martins; Scheidt, 2013).

A constituição do delinquente se dá, em grande escala, em função dessa intervenção descabida realizada pelo Estado. De acordo com Martins e Scheidt (2013) a diminuição gradativa em políticas assistencialistas, a precariedade do trabalho e o aumento do desemprego vão levar ao aumento imediato da criminalidade, que se torna uma estratégia de sobrevivência, ou seja, a partir do momento em que o Estado tenta conter as “desordens” causadas pela exclusão social, acaba ampliando a estratégia de criminalização das ditas “classes perigosas”. Quando é afastada para a periferia, esta parcela da população ocupa um território sem infraestrutura, passando a não usufruir o direito à cidade. O que se pode entender com isto, é que a criminalidade não é característica da pobreza, porém é mais perceptível nela em razão de uma urbanização excludente e desigual agravada pela ausência de atuação do Estado.

Os detentos poderiam ser destinados ao trabalho, dentro da instituição, em oficinas de vários segmentos: padaria, marcenaria, vassouraria, sapataria, oficina de vime e colchoaria. A maior parte do dia era destinada às atividades das oficinas, com vistas a garantir a regeneração daqueles indivíduos através da mecânica do trabalho, pois é através desta rotina que a reinserção social, idealizada pelo novo sistema governamental, acontecerá. Outro fator é de que apenas com o trabalho os detentos poderiam alcançar, novamente, sua posição de cidadãos frente à sociedade. Sendo assim, o regulamento ainda determinava:

Art. 52 – A divisão dos condenados, quanto ao trabalho nas oficinas, será feita pelo Chefe da Secção Industrial, com sciencia do Director.

Art. 53 – As quantias pagas a cada sentenciado, constituirão dois pecúlios, na proporção de 50%: o pecúlio reserva, que será depositado na Caixa Econômica, para ser entregue ao condenado ao ser posto em liberdade, e o pecúlio disponível, que ficará a disposição imediata do condenado, não podendo, porem, ser-lhe entregue em dinheiro, enquanto estiver preso⁵⁵.

⁵⁵ APESC. Regulamento que reorganiza o regime penitenciário no Estado de Santa Catarina, 01 de Agosto de 1931. TÍTULO II – Capítulo VII Do regimen Penitenciário, p. 27.

A medida do trabalho solitário torna-se um exercício de conversão, aprendizado, com concentração total às funções exercidas e ocupação constante. Para Foucault (1987), a prisão é uma espécie de espaço "entre dois mundos", ou seja, um lugar de transformações individuais que devolverá para o Estado os indivíduos que este havia perdido.

A solidão é vista, dentro do sistema carcerário, como um instrumento positivo de reforma: pela reflexão que suscita e pelo remorso que poderá causar frente ao crime cometido. O que não deve ser tomado aqui como verdade absoluta, pois cada detento tem um perfil específico, são sujeitos distintos; o que para um pode ser motivo de reflexão, para outro poderá ser motivo de revolta. Os motivos são diversos, mas a situação degradante do espaço e os maus tratos seriam os principais que levariam às revoltas ou rebeliões. Para Gruner (2011) as rebeliões – dentro de seu contexto – são em sua maioria uma forma de diálogo com as autoridades, um meio de se fazer ouvir, pois fazem “parte de um leque amplo de manifestações de resistência, descontentamento e revolta” (2011, p. 13).

Pensadas e construídas sob o sustentáculo da modernização, as penitenciárias brasileiras não contavam com os problemas emergentes, que logo se fariam visíveis. Ao passo em que crime e criminalidade tornavam-se centro das discussões logo no início do século passado, as instituições penitenciárias cada vez mais passavam por problemas, constituindo uma esfera de conflitos costumeiros.

O perfil⁵⁶ dos detentos recolhidos à Penitenciária de Florianópolis mostra uma maioria masculina, vinda de classes pobres, com crimes que derivavam em sua maioria de desentendimentos e rivalidades pessoais. De acordo com Foucault, nascida no bojo de uma sociedade disciplinar, a prisão parece "traduzir a ideia de que a infração lesou a sociedade inteira" (1987, p. 196). No entanto, não é por ser pobre que o sujeito irá cometer o crime, “[...] é preciso que haja nele algo que não ande muito bem. Este algo é seu caráter, seu psiquismo, sua educação, seu inconsciente, seu desejo” (1979, p. 135).

Os agentes penitenciários também fazem parte deste universo o qual se configura a prisão, pois estão sempre ligados à violência e mecanismos disciplinadores como fiscalização e controle dos detentos. Além disso, suas vidas estão ligadas à exclusão, pois na maioria das vezes detentos e agentes penitenciários fazem parte do mesmo grupo social. Para Lopes (2002), ao mesmo tempo em que têm a função de policiar, guardar o cumprimento das leis e normas e conter as manifestações impróprias dos condenados, como rebeliões, por exemplo, o

⁵⁶ Informações retiradas das Mensagens e dos Relatórios de governo, que apresentavam dados estatísticos e as informações gerais sobre as atividades ocorridas na instituição anualmente.

trabalho dos agentes acaba por ser desgastante – física e mentalmente -, principalmente em função da superpopulação prisional e falta de funcionários no setor de segurança.

A possibilidade de exercício do poder não está em um ponto central e único de soberania, ele se produz a cada instante, entre toda relação, provém de todos os lugares, não é instituição, nem estrutura e nem uma potência de privilegiados. Onde há poder, há resistência; o poder não é uma relação dominador-dominado, é uma situação estratégica. A resistência é um elemento dessa relação estratégica do poder, é um processo de transformação, sendo assim, o sujeito está sempre perpassado pelas relações de poder, pois estas só existem em ação (Kraemer, 2005).

Nestes termos, durante a administração de Edelvito Campelo D’Araújo, há toda uma movimentação de pesquisas em torno do elemento “crime”.

Buscando compreender o porquê de o sujeito cometer tais delitos, o diretor da Penitenciária preconizava a construção de um laboratório antropométrico e de identificação. A partir de 1938, Edelvito começaria a elaborar um relatório: descrevia de maneira acurada o que acontecia na Penitenciária, além de reorganizar toda a dinâmica administrativa no interior da instituição. Os chefes de seções, por exemplo, passariam a responder por suas áreas especificamente e os cargos passaram a tomar responsabilidades que até então não tinham.

Sob forma de estudo científico⁵⁷, começou a acumular informações para traçar o perfil do criminoso:

Ele observava, categorizava e até realizava exames laboratoriais num gabinete médico, instalado na instituição segundo os preceitos da criminologia. A Penitenciária Pedra Grande, para os dirigentes, deveria ser instrumento para a cura do criminoso, até mesmo com a presença de um médico na instituição e de um gabinete, cujo propósito seria não só cuidar da saúde do sentenciado, como também estudar as causas do ‘fenômeno crime’. (REBELO; CAPONI, 2007, p. 1223)

A ideia de identificação surge com a constituição do Estado moderno, onde para governar tornava-se preciso conhecer e categorizar as massas. Há desta forma, uma profissionalização das práticas de controle e identificação, com técnicas apoiadas na medicina buscando compreender as causas dos crimes, pois se acreditava “que as características físicas eram determinantes nas práticas criminais” (THIESEN; PATRASSO, 2012, p. 85). Sendo

⁵⁷ Este estudo e todos os dados levantados pelo Diretor da Penitenciária foram transmitidos para escalões superiores da administração estadual e, mais tarde em 1940, foi organizado como livro comemorativo da conclusão das reformas, ainda sob o governo de Nereu Ramos em Santa Catarina. Há uma cópia deste livro na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

assim, identificar os detentos tornou-se vital além de prevenir contra a reincidência, e o gabinete de identificação tornou-se um centro difusor da ciência criminal.

A década de 1930 encerrava com uma nova dinâmica no cotidiano da Penitenciária. A reforma estava praticamente concluída, a estrutura já suportava a quantidade de detentos a qual a instituição vinha recebendo, ao redor, na parte externa, foram construídos os muros, a vigilância foi reforçada. No início de 1940, inclusive, em função das relações políticas e sociais no âmbito regional e federal as quais o diretor da instituição mantinha, Getúlio Vargas esteve presente na inauguração de um dos pavilhões da Penitenciária (Rebelo; Caponi, 2007). O Correio Paulistano - jornal paulista – publicou uma nota a respeito desta visita em suas páginas:

sua cabeça.

VISITA A' PENITENCIARIA

FLORIANOPOLIS, 12 (A. N.) —

O sr. Presidente Getulio Vargas visitou a Penitenciaria do Estado, percorrendo e examinando todas as suas instalações. A nota interessante da visita foi a palestra que o Chefe da Nação teve com varios detentos. Para cada um delles teve s. exc. palavras de conforto, aconselhando-os a que jamais deixassem de ter boa conducta que lhes pudesse proporcionar a liberdade.

Por essa occasião, foi inaugurada a nova dependencia da Penitenciaria, falando o sr. Campollo Araujo, director do estabelecimento. Em seguida, o sr. Presidente da Republica dirigiu-se ao parque da Penitenciaria, onde estavam formados os detentos. O sr. Presidente Getulio Vargas entregou cadernetas concedendo liberdade condicional aos detentos Miguel Baptista, Francisco Evangelista e Antenio Baptista.

Figura 7 Visita à Penitenciária. São Paulo, quarta-feira 13 de março de 1940. Fonte: Jornal Correio Paulistano / Hemeroteca Digital Brasileira.

O contato direto, a intenção em palestrar sobre bom comportamento e o próprio fato de entregar pessoalmente a liberdade condicional a três detentos fez com que Getúlio Vargas aproximasse ainda mais o discurso que tanto propagava aos homens que ali se encontravam.

A nota sobre sua visita à Penitenciária é pequena, mas reflete bem a construção simbólica em torno do “Chefe da Nação”: em poucas palavras evidenciou-se muito mais o contato com os detentos e a preocupação com eles do que com a reforma e ampliação do complexo penitenciário realizados há pouco tempo.

O sistema carcerário é um ator coadjuvante dentro de um sistema que o coloca com um papel fundamental, pois “sua atuação representa um mecanismo de manutenção do *status* poder e da dominação” (SILVA; HANSEN, 2010, p. 170). Um sistema excludente que tem o isolamento como objetivo. Com vistas a defender a sociedade das minorias que atrapalhavam o progresso, a legislação penal tomou como princípio o crime pautado no sujeito e não à sua conduta.

3.1.2 O TRABALHO NO EXTERIOR DA PENITENCIÁRIA

O cotidiano dos trabalhadores no exterior da Penitenciária, apesar de ter uma dinâmica diferente, continha semelhanças muito pontuais com o que se preconizava no interior da instituição, em razão do mesmo regime autoritário ao qual toda a Nação estava submetida naquele contexto.

De acordo com Ferreira (1997), o Estado nos anos 1930 e 1940 foi produtor de bens simbólicos e materiais destinados aos trabalhadores; o contato direto com o povo e a afirmação de Vargas em seus discursos legitimava ainda mais o caráter autoritário do regime. Com políticas públicas voltadas para os operários e compondo sua autoimagem, o Estado induzia os trabalhadores a identificarem-no como guardião de seus interesses.

A sociedade brasileira, sobretudo a classe trabalhadora, estava se adequando ao *boom* de informações a qual o Estado Novo vinha estabelecendo. Através de leis e concessões trabalhistas⁵⁸ o sistema centralizador de poder colocava Getúlio Vargas em uma posição de destaque. A doutrina estatal varguista visava a superação da pobreza através da valorização do trabalho, a situação dos desempregados era considerada grave e a luta pelo acesso ao mercado de trabalho era cada vez mais acirrada. Além disso, por meio do trabalho, o indivíduo seria elevado à condição de cidadão, segundo Ferreira (1997) cidadania e trabalho tornavam-se complementares neste momento.

Aqui está um dos pontos da relação do trabalho no interior e no exterior de uma

⁵⁸ Desde a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, ainda nos anos 1930, os direitos trabalhistas já foram colocados em pauta. Na primeira metade da década de 1940 haverá a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, garantindo direitos básicos para o trabalhador brasileiro.

penitenciária: o trabalho como meio de garantir o status de cidadão. Para os trabalhadores, recorrer ao Estado tornava-se mais uma alternativa, as concepções populares sobre política pautavam-se nas noções de justiça e injustiça; para estes, no regime anterior a justiça inexistia, e durante o Estado Novo a representação de justiça era relacionada com a oportunidade de serem ouvidos. Embrenhando-se nas franjas do discurso oficial do Estado - e a constante afirmação por parte deste que não havia intermediários entre “chefe da Nação” e trabalhadores -, enviavam cartas endereçadas ao presidente buscando, de alguma maneira, uma oportunidade de emprego que pudesse suprir as necessidades básicas de suas famílias⁵⁹.

Na Penitenciária de Florianópolis esta aproximação se dava por meio dos pedidos de perdão⁶⁰. O projeto político-ideológico não controlou, porém, as mentes das pessoas. A forte repressão policial e a intensa campanha propagandística teriam conservado um “conformismo generalizado” (Ferreira, 1997).

Porém, os direitos eram restritivos quando se tratava dos detentos. A lógica carcerária apontava o trabalho como regeneração e maneira de alcançar o status de cidadão – restringido no momento em que o sujeito comete o crime e é privado de suas liberdades constitucionais -, no entanto, a doutrinação pelo trabalho ainda servia de discurso para ambos os sentidos. Para as camadas populares que atuavam a partir de sua própria compreensão da lógica do regime, era uma maneira de ter reconhecimento político-social e alcançar, ao menos, a abertura de oportunidades de sobrevivência e ampliação de suas condições materiais; para os detentos era uma forma – ainda que muito complicada, visto todo o afastamento que se desenrola quando um “delinquente” volta para a cidade e para o convívio em sociedade – de reinserção.

3.2 A ESTAGNAÇÃO DO MODELO PENITENCIÁRIO

Para Thompson (1998), não haverá uma melhora sintomática caso a reforma seja unicamente “penitenciária”. O preso é colocado na penitenciária com o intuito de ser reformado, porém, a partir de sua vivência na instituição, há uma inversão de significados: da *readaptação* à vida em sociedade para uma *adaptação* da vida carcerária.

O autor define esta inversão a partir do olhar desatento do sistema penitenciário, o qual acredita que o comportamento dos detentos quando postos em liberdade se dará de forma

⁵⁹ Ver: FERREIRA, Jorge. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. In.: **Trabalhadores do Brasil**. O imaginário popular (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. P. 21-56.

⁶⁰ O Projeto Arquivos Marginais (IDCH/UDESC) encontrou, em alguns prontuários da Penitenciária de Florianópolis, cartas endereçadas ao presidente para que perdoasse a pena atribuída. Os motivos para que Vargas concedesse o perdão geralmente eram justificados por bom comportamento dentro da instituição e trabalho.

semelhante que no interior da instituição, de maneira a “julgar que o criminoso, por submissão às regras intramuros, comportar-se-á como não-criminoso, no mundo livre” (1998, p. 11). Um engano, pois estaria treinando homens para a vida livre submetendo-os a condições de cativeiro, além do que a “cadeia não é uma miniatura da sociedade livre” (1998, p. 19).

Outro aspecto singular da prisão, a merecer pronto registro, diz respeito à multiplicidade de fins a que ela se propõe, os quais, ligados, oferecem espantosa combinação: confinamento, ordem interna, punição, intimidação particular e geral, regeneração – tudo dentro de uma estrutura severamente limitada pela lei, pela opinião pública e pelos próprios custodiadores. (THOMPSON, 1998, p. 22)

No caso da cidade de Florianópolis, desde o início do século XX houve grande influência do aparelho estatal e da opinião pública na forma com que se tratava a criminalidade: com intuito de afastamento. A problemática da marginalidade incomodava demasiadamente as elites dirigentes, não é à toa que a instituição foi construída e abandonada logo nos anos seguintes a sua inauguração, utilizada apenas como depósito de indesejados e delinquentes. A “preocupação” do novo regime era pautada no modelo autoritário e controlador do Estado sob as classes pobre/trabalhadora – consideradas até então sinônimo de marginalidade.

Sob esta ótica, o sistema carcerário implantado em Florianópolis obedece à estrutura disciplinar que falha no quesito “humanidade”. Conforme a análise de Thompson (1998) o fracasso das instituições penitenciárias estaria no número insuficiente de profissionais de tratamento (médicos, psicólogos, educadores, assistentes sociais), além da má formação dos agentes carcerários.

A preocupação é muito maior em vigiar, controlar e hierarquizar do que realmente devolver à sociedade um cidadão proposto ao “convívio harmônico”, sem que volte para o mundo do crime:

[...] o aparelho carcerário recorreu a três grandes esquemas: o esquema político-moral do isolamento individual e da hierarquia; o modelo econômico da força aplicada a um trabalho obrigatório; o modelo técnico-médico da cura e da normalização. A cela, a oficina, o hospital. A margem pela qual a prisão excede a detenção é preenchida de fato por técnicas de tipo disciplinar. E esse suplemento disciplinar em relação ao jurídico, é a isso, em suma, que se chama o “penitenciário”. (FOUCAULT, 1987, p. 208)

Para Michel Foucault (1987), a prisão não deixa de fabricar delinquentes, fabrica-os pelo tipo de existência a que são submetidos e isto acontece, em suma, pois ela se desenrola

no abuso de poder. A Penitenciária de Florianópolis não está longe disso, desde o momento em que foi construída já refletia os interesses de uma classe política dominante – e que até os dias atuais detém o poder na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com vistas a concluir o presente trabalho, sem a pretensão de esgotar o tema e as problemáticas aqui levantadas, pode-se primeiramente perceber que a construção da Penitenciária de Florianópolis fez parte de dois projetos nitidamente definidos: no plano nacional havia a pretensão de fazer valer a ordem e o progresso proclamados pelos republicanos que ascendiam ao poder, enquanto em âmbito estadual a instituição apareceu como depósito dos indesejáveis e “solução” para os “problemas” da Capital.

O propósito da utilização de documentos produzidos pelo Estado possibilitou a reflexão a respeito dos discursos propagados em Florianópolis a respeito da constituição das relações e espaços de poder na cidade. No entanto, há muita documentação oficial ainda a ser analisada, que aliada aos prontuários retirados da Penitenciária, abre um leque de novas possibilidades e descobertas a respeito desta temática.

Sabe-se que, de instituição modelar, a Penitenciária de Florianópolis está, hoje, esgotada. O número de detentos é muito maior que sua real capacidade. Seu sistema dito humanitário é falho. A Penitenciária tem algumas de suas estruturas mantidas desde o início da década de 1940, algumas pequenas reformas foram realizadas, mas nenhuma de cunho realmente significativo. O prédio administrativo – que atualmente ocupa a fachada central da instituição – foi construído na década de 1960 e a ala de segurança máxima começou a ser construída no fim da década de 1980, mas estas ampliações ainda assim não suprem a falta de espaço e de condições mínimas para os detentos.

Além disso, as rebeliões que passaram a frequentar o noticiário dos meios de comunicação da cidade ajudaram a deteriorar ainda mais as condições básicas de manutenção do espaço e ajudaram a nutrir o medo constante e o sentimento de afastamento que sempre esteve presente entre a população da cidade.

As falhas mais visíveis no sistema carcerário e a aplicação do regime não foram discutidas com a mesma intensidade desde o final dos anos 1930. A partir do momento em que a cidade foi se desenvolvendo, a Penitenciária passou a fazer parte do “submundo” de Florianópolis. Aos poucos também os espaços que foram limitados como parte de um projeto de modernização - para colocar a cidade no “hall” dos centros urbanos do Brasil – começaram a inverter o discurso propagado nas décadas iniciais do século XX, como o centro da cidade, por exemplo, que passou a constituir novamente um lugar de encontro das camadas indesejadas, como delinquentes, prostitutas, mendigos, menores infratores e usuários de drogas em geral.

Os sistemas políticos - estadual e municipal - também são fatores importantes na análise quanto ao tratamento da criminalidade em Florianópolis, pois é marcado historicamente por um continuísmo oligárquico que não está preocupado com a situação penitenciária na cidade. De acordo com o que se pretendeu discutir ao longo deste trabalho, as relações de poder na cidade constituíram um sistema muito fechado de arranjos político-partidários, com a proeminência de linhagens que alternavam no Estado. Sendo assim, a preocupação não está na discussão sobre a eficácia – ou não – do sistema carcerário, mas explicita uma forma específica e autoritária de relação dos grupos dirigentes com as camadas populares.

A estigmatização da questão carcerária no Brasil, que não se limita às autoridades políticas, estende-se a boa parte da população. O afastamento e a indiferença em relação ao outro – numa alteridade condenatória que se espalha pelo tecido social - deixa a penitenciária numa espécie de “limbo” frente à sociedade.

O modelo carcerário existente é o mesmo desde o século passado e não faz mais sentido nos dias atuais, afinal o discurso da reabilitação pelo trabalho, reforçado no período do Estado Novo, não condiz com a realidade que o sujeito irá enfrentar a partir do momento em que for posto em liberdade. Há um preconceito generalizado em relação à temática da reinserção social, pois é muito difícil o processo de retomada do convívio social por parte de um sujeito, cuja conduta foi considerada desviante e totalmente fora dos padrões de normalidade institucional e cultural. Isto traduz um dos diversos motivos que levam os mesmos sujeitos a voltarem para a vida do crime. O comprometimento deve ir além do que a rotina mecânica de um trabalho sem perspectiva e com uma remuneração quase ínfima, que não dá condições de transformação na vida dos sujeitos submetidos a ela. Educação, acompanhamento psicológico e social deveriam ser conceitos básicos no discurso da ressocialização.

Assim como tantas outras, a Penitenciária de Florianópolis obedeceu a um modelo carcerário que configura um complexo esquema disciplinar que está ultrapassado. Após 84 anos da sua inauguração o que se pode perceber é que o discurso sobre afastamento e controle na cidade foi ampliado ao longo das décadas subsequentes. De um espaço de poder imponente e importante, a Penitenciária passou a constituir um local de esquecimento e afastamento.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A Invenção do Litoral:** reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História, PUC-SP.
- AREND, Silvia Maria Fávero. **Histórias de abandono:** infância e justiça no Brasil (década de 1930). Florianópolis: Mulheres, 2011.
- AUGÉ, Marc. Dos lugares aos não-lugares. In.: **Não-lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. 3. ed. Campinas: Papirus, 2003. P. 71-105.
- CANCELLI, Elizabeth. Entre prerrogativas e regras: Justiça Criminal e Controle político no Regime Vargas (1930-1945). **Cadernos do Tempo Presente**, n.15, mar./abr., p. 02-35, 2014.
- _____. Repressão e controle prisional no Brasil: prisões comparadas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 141-156, 2005. Editora UFPR.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Negros, loucos negros. **Revista USP**, nº 18, 1993. P. 146-151.
- CARVALHO, José Murilo de. O Rio de Janeiro e a República. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 5 nº 8/9, set1984/abr1985. P. 117-138.
- CASSETTARI, Fernanda Biava. **Os menores atrás dos grandes muros:** Penitenciária da Pedra Grande (1931-1939). 92 fls. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2014.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2001.
- _____. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CORREA, Carlos Humberto P. **Um Estado entre duas Repúblicas:** a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35. Florianópolis: Ed. da UFSC: Assembleia Legislativa, 1984.
- COSTA, Sandro da Silveira. Transfigurações urbanas em Florianópolis (1880-1930). **Revista Ágora**, v. 14, nº 29, 1999. P. 26-33.
- CRUZ, Karina Martins da. **A contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio-espacial catarinense:** o caso da Região Metropolitana de Florianópolis (SC). Florianópolis, SC, 2008. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado Novo.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- _____. **As instituições brasileiras da Era Vargas.** / Maria Celina D'Araujo (Organizadora). Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

DIAS, Fábio Coelho. A penitenciária de Florianópolis e sua evolução no tempo. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 81, out 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8454>. Acesso em mar/2014.

DUCATTI, Ivan. **A hanseníase no Brasil na era Vargas e a profilaxia do isolamento compulsório**: estudos sobre o discurso científico legitimador. São Paulo, SP, 2008. 199f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, 2v.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã**: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí, SC: Ed. da Univali, 2000.

FEDERAL, Senado. **DECRETO N. 847 DE 11 DE OUTUBRO DE 1890**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em mar/2014.

FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, sujos e malvados sob medida**: Do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). São Paulo, SP, 2005. 379f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Econômica.

FERREIRA, Jorge. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. In.: **Trabalhadores do Brasil**. O imaginário popular (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. P. 21-56.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes. 1987.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOFFMAN, Erwin. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. O redescobrimto do Brasil. In.: **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. P. 205-227.

GRACIANO, Mariângela; SCHILLING, Flávia. A educação na prisão: Hesitações, limites e possibilidades. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.13, n.25, p.111-132, 2008.

GRUNER, Clóvis. “Virando a unidade”: análise comparada de duas rebeliões nas prisões paranaenses. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011, p. 1-16.

_____. “Um bom estímulo à regeneração”: a Penitenciária do Estado e as novas estratégias da ordem na Curitiba da Primeira República. **HISTÓRIA**, São Paulo, 28 (2): 2009, p. 421-448.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

IGNATIEFF, Michael. Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: Um Balanço Crítico. Tradução de Eliana Leite Meireles. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 7 n° 14, mar/ago 1987. P. 185-193.

KRAEMER, Doraci Weber. **A constituição do sujeito na prisão**: Um estudo sobre as práticas de resistência na penitenciária de segurança máxima de Londrina. Florianópolis, SC, 2005. 108f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1989.

LIMA, Suzann Flávia Cordeiro de. Arquitetura penitenciária: a evolução do espaço inimigo. **Arquitextos - Periódico mensal de textos de arquitetura**, out/2010, p. 1-6. Acessado em: 16/11/2014.

LIRA, Patrícia Oliveira; CARVALHO, Glória Maria Monteiro de. A lógica do discurso penitenciário e sua repercussão na constituição do sujeito. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 22, n. 3, Set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em abr/2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000300005>.

LOHN, Reinaldo L.; AREND, Silvia M. F. Estado e populações pobres no Brasil: a espacialização da desigualdade social em Florianópolis - SC (décadas de 1930-1950). **Geosul**, Florianópolis, v. 28, n. 56, p 33-64, jul./dez. 2013.

LOPES, Rosalice. Psicologia jurídica o cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 0, ago. 2002. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870350X2002000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 nov. 2014.

LUNARDI, Emy Francielli. **Batalha de discursos**: o advento republicano e a (re)construção da política catarinense nos jornais partidários (1889-1898). Florianópolis, SC, 2008. 241 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

MARTINS, Letícia Gonçalves; SCHEIDT, Joelma Marcela. A prisão como produto de um processo de urbanização excludente e desigual. **RevUnifamma**, Maringá, v.12, n.1, ago. 2013, p.71-84.

MATOS, Olgária. O corpo e o poder. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 24, n. 1, Mar. 1984, p. 42-44.

MELO, Marcos Costa. Da Ideia à Materialização: a Relação Estado-Colônia Santana. In.: **Psychiatry on line Brasil**, Dezembro de 2000 - Vol.5 - Nº 12. Disponível em: <<http://www.polbr.med.br/ano00/wal1200.php>>. Acesso em mar/2014.

MIRANDA, Antônio Luiz. Instituição Penal e Controle Social: A construção da penitenciária e um novo tratamento da criminalidade em Florianópolis. **Revista Ágora**, v. 14, n. 30, 1999. P. 15-22.

_____. **A penitenciária de Florianópolis: de um instrumento da modernidade a utilização por um estado totalitário.** Florianópolis, SC, 1998. 125f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência.** Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992. 129 p.

NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920).** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386p.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Pereira de; VITORASSI, Silvia. Paredes modernas, muros antigos: Contrastes da Penitenciária Estadual de Florianópolis. **Revista História Catarina**, Florianópolis, SC, Ed. 48, 2012, p. 20-23.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999.

PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o Público e o Privado: a imprensa de Desterro no século XIX.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

_____. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe.** Florianópolis: UFSC, 1994.

PEREIRA, Ivonete. Imagens de Prostitutas. Um enfoque da sociedade Florianopolitana na primeira metade do século XX. **Esboços**. Florianópolis: UFSC, nº 21, 1994. P. 26-36.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 19, n. 37, Sept. 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100010>.

PINTO, Fernanda Rebelo. **A Penitenciária de Florianópolis e a medicalização do crime (1935-1945).** Florianópolis, SC, 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública.

POYER, Viviani. **Penitenciária Estadual da Pedra Grande: um estudo sobre a política de combate a criminalidade em Florianópolis entre 1935-1945**. Florianópolis, SC, 2000. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

REBELO, Fernanda; CAPONI, Sandra. O gabinete do doutor Edelvito Campelo D'Araújo: a Penitenciária Pedra Grande como espaço de construção de um saber (1933-1945). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1217-1238, out.-dez. 2007.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo 1822-1940**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 1999.

SANTOS, André Luiz. **Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. Florianópolis, SC, 2009. 639 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Lucas Soares e; HANSEN, Thiago Freitas. Heranças da “Era da Sciencia”: A seletividade penal disfarçada (1870-1938). *Revista Argumenta*, n. 13 (2010), p. 169-187.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *MANA* 11(2): 577-591, 2005.

SJC/SC. **Conselho Penitenciário – COPEN**. <http://www.sjc.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86:conselho-penitenciario&catid=81:institucional&Itemid=511>. Acesso em ago/2014.

THIESEN, Icléia; PATRASSO, André Luís de Almeida. Informação, representação e produção de saberes sobre o crime: o Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro (1903-1907). *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, v.22, n.3, p. 83-92, set./dez. 2012.

THIESEN, Icléia. Imagens da clausura e marcas da identidade: o corpo (in)formado pela prisão. *Anais do XI Encontro Regional de História – ANPUH • Rio de Janeiro*, setembro 2004, p. 1-10.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 4.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

ZACKSESKI, Cristina. **Relações de trabalho nos presídios**. 1º Congresso Nacional do Ministério Público do Trabalho, São Paulo, maio-2001, p. 1-18. Disponível em: <<http://criminologiacritica.com.br/arquivos/1312905926.pdf>> acesso em 17/11/2014.

ANEXO A – LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS - ALESC

Decreto nº 28 – 13 de Setembro de 1911.

Decreto nº 146 – 01 de Agosto de 1931.

Lei nº 864 – 28 de Outubro de 1910.

Lei nº 1049 – 17 de Setembro de 1915.

Lei nº 1239 – 16 de Agosto de 1919.

Lei nº 1675 – 29 de Agosto de 1930.

ANEXO B – LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS - APESC

Ata da Sessão de Instalação do Conselho Penitenciário do Estado de Santa Catarina – 31 de Outubro de 1928.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa 1929.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa 1930.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa 1936.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa 1937.

Ofícios da Penitenciária – Década de 1930.

Regimento Interno do Conselho Penitenciário.

Regulamento para as Cadeias Públicas do Estado de Santa Catarina – 07 de Abril de 1909.

Regulamento que reorganiza o Regime Penitenciário no Estado de Santa Catarina – 01 de Agosto de 1931.

ANEXO C – LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS – BPSC**Jornal República – 1930**

Notáveis realizações - Florianópolis, domingo 12 de janeiro de 1930.

A reforma do Código Penal - Florianópolis, sexta-feira 7 de fevereiro de 1930.

Vila Operária - Florianópolis, terça-feira 17 de junho de 1930.

Penitenciária do Estado - Florianópolis, 15 de agosto de 1930.

Convite de inauguração - Florianópolis, domingo 21 de setembro de 1930.

A inauguração da Penitenciária e Vila Operária - Florianópolis, terça-feira 23 de setembro de 1930.

Inauguração da Penitenciária - Florianópolis, quarta-feira 24 de setembro de 1930.

Posse do novo Diretor - Florianópolis, terça-feira 18 de novembro de 1930.

**ANEXO D – LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS – HEMEROTECA
DIGITAL BRASILEIRA**

Jornal Correio Paulistano – 1940

Visita à Penitenciária - São Paulo, quarta-feira 13 de março de 1940.